

DENISE MARIA MANSANI WOLFF DOS SANTOS

**ESTUDO DE PROPOSTA DE MODELO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS, COM
BASE NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR – ESTUDO DE CASO DA UFPR.**

Trabalho de Conclusão do Curso MBA – Auditoria Integral apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em MBA – Auditoria Integral. Orientador:
PROF. DR. BLÊNIO CÉSAR SEVERO PEIXE

**CURITIBA
2007**

AGRADECIMENTO

Agradeço à Deus pela vida e pela oportunidade do conhecimento que engrandece nossa existência, e também pelos colegas repletos de alegria e companheirismo, aos professores por doarem seu conhecimento altruisticamente e em especial ao Prof.Dr.Blênio Severo Peixe pela atenção dada à todos os alunos indistintamente.

PENSAMENTO

“Como sou pouco, e sei pouco, faço o pouco que me cabe me dando por inteiro”

Thiago de Mello (1997)

MENSAGEM

**“O homem agradecido comunica-se
com Deus”**

Mokiti Okada

DEDICATÓRIA

Ao meu marido Leandro e aos meus filhos Jonathan e Frederico pela compreensão, apoio e paciência. Ao meu pai e minha mãe pelo exemplo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Estrutura do SIAFI.....	25
Figura 02 – Estrutura do Plano de Contas Único do Governo Federal.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS

CFE – CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

CONCUR – CONSELHO DE CURADORES

CPR – CONTAS A PAGAR E A RECEBER

IES – INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

IFES – INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

**LIPAPE – LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA EM
ANIMAIS PEÇONHENTOS**

**NBC T1 – NORMA TÉCNICA CONSTANTE DAS NORMAS
BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE**

SIAFI – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

**SIASG – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE
SERVIÇOS GERAIS**

SIDOR – SISTEMA INTEGRADO DE DADOS ORÇAMENTÁRIOS

SIG – SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL

RESUMO

DOS SANTOS, D. M.M. W. ESTUDO DE PROPOSTA DE MODELO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS COM BASE NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – ESTUDO DE CASO DA UFPR. Pretendeu-se abordar neste trabalho de conclusão do Curso de Pós-graduação MBA em Auditoria Integral o estudo sobre os modelos de informações gerenciais emitidos pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da UFPR para os responsáveis pelo acompanhamento das contas como, por exemplo, o Conselho de Curadores, analisando a partir das dificuldades de interpretação dos dados e informações constantes dos relatórios tradicionalmente existentes. Trata-se evidentemente de um trabalho voltado à UFPR, onde foram feitas as pesquisas de campo no intuito de identificar quais as dificuldades no entendimento das demonstrações contábeis e ainda quais os dados a serem evidenciados nessas demonstrações contábeis e ainda quais parâmetros de comparação deveriam ser considerados. Para isso, percorreu-se um caminho começando com conceitos básicos sobre dados, informações e sistemas, abordando também os tipos de sistemas de informação e quais as suas principais características. Abordou-se o controle interno integrado, os sistemas para tomada de decisão e integração das informações. Devido a natureza jurídica da UFPR foram abordados, além da sua estrutura e característica, os principais demonstrativos contábeis no Setor Público e seus Sistemas Contábeis e finalmente as principais características dos demonstrativos utilizados pela união. Agregando ao estudo encontra-se em anexo um guia resumido para a obtenção dos dados que comporão o novo Relatório Gerencial e um protótipo desse mesmo relatório. A eficácia deste trabalho deveu-se ao interesse primordial dos Conselheiros em favor de uma melhor gestão da Instituição, assim como, da abordagem eficiente da pesquisa.

Palavras-chave: Modelo de Informações; Gerenciais; Demonstrações Contábeis; Instituição de Ensino Superior.

e. mail: wolff@ufpr.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTO.....	II
PENSAMENTO.....	III
MENSAGEM.....	IV
DEDICATÓRIA.....,	V
LISTA DE FIGURAS	VI
LISTA DE ABREVIATURAS	VII
RESUMO	VIII

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	3
2.1.	ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE INFORMAÇÃO	3
2.1.1.	Conceito de dado.....	3
2.1.2.	Significado da Palavra Informação	5
2.1.3.	Conceito de Informação	6
2.1.4.	Diferença entre Dado e Informação	7
2.2.	SISTEMA DE INFORMAÇÃO	9
2.2.1.	Conceito de Sistema	9
2.2.2.	Sistema de Informação Aberto	10
2.2.3.	Sistema de Informação Fechado	11
2.2.4.	Diferença entre os Sistemas Aberto e Fechado	11
2.2.5.	Principais Características do Sistema de Informação	13
2.3.	SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL	14
2.3.1.	Controle Interno Integrado.....	15
2.3.2.	Sistema para Tomada de Decisão	16
2.3.3..	Sistema para Integração de Informações	17
2.4.	PRINCIPAIS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO.....	18
2.4.1.	Balanço Orçamentário	18
2.4.2.	Balanço Financeiro.....	19
2.4.3.	Balanço Patrimonial	20

2.4.4.	Demonstração das Variações Patrimoniais	20
2.4.5.	Balancete Mensal	21
2.5.	SISTEMAS CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO	21
2.5.1.	Sistema Orçamentário	22
2.5.2.	Sistema Financeiro	22
2.5.3.	Sistema Patrimonial	23
2.5.4.	Sistema de Compensação	23
2.6.	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS DEMONSTRATIVOS UTILIZADOS PELA UNIÃO	24
2.6.1.	Sistema SIAFI	24
2.6.2.	Subsistema CPR	26
2.6.3.	Sistema SIASG	26
2.6.4.	Sistema SIDOR	27
2.6.5.	Sistema SIAFI- Gerencial	28
2.7.	Plano de Contas Único do Governo Federal	28
3.	METODOLOGIA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO	32
4.	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - ESTUDO DE CASO	35
4.1.	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UFPR	35
4.2.	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	39
4.3.	PRINCIPAL ESTRUTURA SETORIAL	39
4.4.	RESULTADO E DISCUSSÃO DA COLETA DE INFORMAÇÕES	44
5.	CONCLUSÃO	46
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48
7.	ANEXOS	51
7.1.	ANEXO I - QUESTIONÁRIO	52
7.2.	ANEXO II – BALANÇOS E BALANCETE	56
7.3.	ANEXO III – QUADRO COMPARATIVO	75
7.4.	ANEXO IV – PROTÓTIPO I	78
7.5.	ANEXO V - GUIA PRÁTICO PARA OBTENÇÃO DE DADOS PARA O RELATÓRIO GERENCIAL	80

1. INTRODUÇÃO

A exigência de transparência dos gastos no Setor Público suscita a busca das informações gerenciais com qualidade e eficácia.

Demonstrativos que apresentam dificuldades com relação ao entendimento e conseqüentemente impedem a melhor utilização dos recursos públicos, tornam-se um problema a ser solucionado. Quais informações, baseadas em dados contábeis, transformadas em relatórios gerenciais periódicos seriam realmente importantes para a gestão de Instituições de Ensino Superior?

Uma Universidade que é pública, que tem como missão ser de qualidade, fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão exige dos que a gerem um comprometimento afim aos ideais e às ações necessárias. Como ente deste processo o Departamento de Contabilidade e Finanças da UFPR tem cumprido o seu papel da melhor forma, porém, a evolução de outras Universidades é um fato e não somente pela competitividade, mas também pela importância da Universidade como instrumento, e talvez único de ascensão social, traz a urgência de otimização dos recursos geridos.

A UFPR por ser uma autarquia tem suas contas mensalmente analisadas pelo Conselho de Curadores (CONCUR) que composto por cinco representantes da classe dos professores titulares, um representante discente, um do Ministério da Educação e um representante da Comunidade é o único Conselho que não é presidido pelo Reitor, devido a natureza de suas atribuições. E mais, o artigo 18 item XVII do Estatuto da UFPR que confere ao Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD) a atribuição de homologar a Prestação de Contas do Exercício previamente aprovada pelo CONCUR, torna necessário, por razões de ordem prática, o estudo de instrumentos que atendam de forma efetiva a análise pelo CONCUR das contas da Universidade, para que esse Conselho possa cumprir o seu papel de órgão destinado a exercer a fiscalização econômico-financeira da UFPR.

Quais e que tipo de informações tornariam um relatório periódico, de fácil entendimento e gerencialmente importante para a UFPR?

As demonstrações Contábeis em formato de relatórios utilizados pelos Conselheiros para análise das contas e pelos Gestores para gerenciamento,

provenientes do Sistema Integrado de Administração do Governo Federal (SIAFI) são totalmente técnicas, sem esclarecimentos, o que sugere a proposição de um modelo contendo informações complementares, bem como, gráficos que propiciem a visualização institucional. Percebe-se que os Conselheiros, durante a análise, levantam dúvidas sobre situações de caráter automático, reflexo contábil inerente a atitudes tomadas pelos Gestores, informações essas que, se organizadas estarão voltadas a maximizar a evidenciação da utilização dos recursos.

Diante disso, torna-se necessário o estudo de instrumentos que atendam de forma efetiva a análise pelos Conselheiros das contas, e ainda, agreguem qualidade e inovação.

Neste estudo dos modelos de relatórios existentes em outras IFES e na própria UFPR, deverão ser estudadas para uma melhor apresentação, através de entrevistas com gestores locais, as informações que possibilitem dar uma melhor visibilidade da aplicação dos recursos públicos.

Como objetivos específicos trabalha-se o seguinte: Analisar os relatórios já existentes encaminhados mensalmente ao Conselho de Curadores da UFPR para apreciação, verificando as dificuldades de interpretação dos dados e informações constantes dos mesmos, confrontá-los com possíveis modelos de outras IFES avaliando alternativas; Implantar um sistema de gestão da informação e do conhecimento; adequar os relatórios para facilitar a evidenciação das informações apresentadas nos demonstrativos disponíveis no sistema tradicional; Demonstrar aos gestores que o entendimento a partir dos relatórios gerenciais dá mais visibilidade na apresentação das prestações de contas; Tornar os relatórios mais acessíveis à comunidade universitária pelo entendimento dos gestores e demais interessados das informações; e evidenciar o resultado e desempenho da IFES frente aos órgãos de fiscalização.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta Revisão Bibliográfica há uma travessia, partindo de conceitos e percorrendo caminhos de conhecimento e reflexão, onde a chegada será a conclusão deste trabalho.

Como todo o caminho sugere um caminhar, uma evolução, será com este “espírito de busca” que será levado a termo este trabalho. Portanto, nos próximos itens desenvolve-se o seguinte: aspectos conceituais sobre informação, sistema de informação, sistema de informação gerencial, principais demonstrativos contábeis no setor público, sistemas contábeis no setor público, principais características dos demonstrativos utilizados pela união e plano de contas único do governo federal.

2.1. ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE INFORMAÇÃO

Dos aspectos conceituais, muito pode se encontrar de definições sobre dado e informação e a diferença entre elas e, ao mesmo tempo, a interferência de uma sobre a outra em diversas abordagens: técnicas ou filosóficas.

2.1.1. Conceito de Dado

Os conceitos seguintes definem dados como componentes de uma informação e podem ser apresentados de várias formas, ou seja, símbolos que podem ser qualificados e quantificados.

SANCHES, em seu Dicionário de Orçamento, planejamento e áreas afins conceitua:

a) dados

Elementos constitutivos de registros ou de itens, de natureza estável, que expressam uma característica observável ou qualidade essencial a uma coisa, fato, evento ou circunstância. Os dados podem ser classificados em quantitativos e qualitativos. A atribuição de uma expressão peculiar a um dado é realizada, geralmente, através de escalas, cujas principais modalidades são: nominais, ordinais, intervalares e absolutas.

b) dados qualitativos

o dado é qualitativo se ele não puder ser expresso em termos de tamanho ou de quantidade ou se, ainda que potencialmente quantificável em alguns aspectos, é melhor expresso por uma caracterização do que por um indicador numérico. Para fins práticos, se um dado não pode ser quantificado de modo significativo ele é um dado qualitativo.

c) dados quantitativos

O dado é quantitativo se a sua variação puder ser medida, de forma significativa, em termos do tamanho da mudança que foi observada. Tal variação pode ser descrita, inicialmente, apenas como grande ou pequena, mas feita essa identificação, as posições intercalares entre esses dois estados poderão ser estabelecidas. (SANCHES, 1997, p.73)

Percebe-se que o dado quantitativo é o que pode ser mensurado por meio de alguma escala numérica e o dado qualitativo por suas características próprias.

Pode-se dizer de dado segundo SETZER:

um dado é necessariamente uma entidade matemática e, desta forma, é puramente *sintático*. Isto significa que os dados podem ser totalmente descritos através de representações formais, estruturais. Sendo ainda quantificados ou quantificáveis, eles podem obviamente ser armazenados em um computador e processados por ele. (SETZER, 2001, www.ime.usp.br/~vwsetzer; 10:54 10/04/2007).

Para CHIAVENATO, caminha-se para o significado plural do dado que é a informação e o seu armazenamento:

Dado: É um registro ou anotação a respeito de um evento ou ocorrência. Um banco de dados, por exemplo, é um meio de se acumular e armazenar conjuntos de dados para serem posteriormente combinados e processados. Quando um conjunto de dados possui um significado (um conjunto de números ao formar uma data, ou um conjunto de letras ao formar uma frase), temos uma informação. (CHIAVENATO, 2004, p. 422)

Considerando-se que o estudo da Contabilidade expandiu-se através de um tratado matemático do frade franciscano Luca Pacioli (Itália, 1494) que era um método de registrar e controlar os negócios para seus administradores, chega-se à conclusão que o registro e controle dos atos e fatos contábeis nada mais é que o armazenamento dos dados, ou seja, dados que trabalhados se tornarão informações contábeis.

2.1.2. Significado da Palavra Informação

Etimologicamente a palavra “informação” provém de *formatio* e forma, que significa dar forma a alguma coisa e de formar um padrão.

Do latim é sinônimo de notícia, o que alguns autores concordam desde que cause algum impacto.

Com isso percebe-se que além de dados, sinais, fatos, a informação exige que exista no mínimo um transmissor e um receptor.

Para McGarry (1986, p.15) “Informação é o nome dado ao conteúdo do que é trocado com o mundo do exterior quando nos ajustamos a ele e nele fazemos sentir o nosso ajustamento. Viver de fato é viver com informação”.

Acrescenta BRISOLA:

Na definição da informação para efeito de controle deve-se considerar alguns aspectos de grande relevância no processo de geração da informação que podem ser resumidos em:

- . Necessidade de informação
- . Requisitos da boa informação
- . Meios de geração da informação. (BRISOLA, 1990, 105)

2.1.3. Conceito de Informação

Para CHIAVENATO informação:

É um conjunto de dados com um significado, ou seja, que reduz a incerteza ou que o aumenta com conhecimento a respeito de algo. Na verdade, informação é uma mensagem com significado num determinado contexto, disponível para uso imediato e que proporciona orientação às ações pelo fato de reduzir a margem de incerteza a respeito de nossas decisões. (CHIAVENATO, 2004, p. 422).

Já SETZER (SETZER, 2001, www.ime.usp.br/~vwsetzer; 10:54 10/04/2007) considera informação “uma abstração informal (isto é, não pode ser formalizada através de uma teoria lógica ou matemática), que está na mente de alguém, representando algo significativo para essa pessoa.”

Nota-se no conceito anterior uma conotação semântica da informação que nos é enviada através de mensagens que determinarão uma reação ao receptor, como esclarece MOLES (1978, p. 191) a seguir:

“O ponto de vista semântico é uma pergunta feita ao mundo exterior relativamente ao seu estado, à sua evolução material e devendo preparar decisões, decisões de atos presentes ou futuros, decisões de atitudes”.

Pode-se considerar que através das informações recebidas e das mensagens produzidas por elas ao receptor da informação, surgirão reações e, por conseguinte decisões inerentes às atitudes por eles tomadas.

Evidencia-se assim a importância da comunicação, ou seja, a ligação da informação entre o emissor e o receptor e da compreensão entre eles.

Conforme o tipo de mensagem alguns autores fazem referência à redundância, ou seja, a repetição da mensagem para que ela seja compreendida ou mesmo comprovada por dois métodos diferentes.

Através do tempo temos na informática uma tecnologia desenvolvida para o tratamento da informação, processamento dos dados, suporte do conhecimento e comunicação.

2.1.4. Diferença entre Dado e Informação

Este é o momento onde começa a ser identificado um conteúdo na informação chamado “conhecimento” e ao confrontar-se os dados situados em um contexto que se modifica com o passar do tempo, chama-se a essa transformação da informação de “processo”.

Segundo STAIR (1996, p. 4), no tópico Dados versus Informação, dados são os fatos em sua forma primária e, “Quando estes fatos estão organizados ou arranjados de uma maneira significativa, eles se tornam uma informação. Informação é um conjunto de fatos organizados de tal forma que adquirem valor adicional além do valor do fato em si” o que se confirma a seguir:

A transformação de dados em informação é um processo, ou uma série de tarefas logicamente relacionadas, executadas para atingir um resultado definido. O processo de definição de relações entre dados requer conhecimento. Conhecimento é o corpo ou as regras, diretrizes ou procedimentos usados para selecionar, organizar e manipular os dados, para torná-los úteis para uma tarefa específica. (STAIR, 1996, p. 5)

No processo de transformação dos dados em informação encontra-se na informação contábil a demonstração da importância no direcionamento dos dados a fim de atingir objetivos específicos.

Nas Normas Brasileiras de Contabilidade consta a NBC T 1, cujo teor consta no endereço (<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/index.htm>), versa sobre a característica da informação contábil

1.3.1 – A informação contábil deve ser, em geral e antes de tudo, veraz e eqüitativa, de forma a satisfazer as necessidades comuns a um grande número de diferentes usuários, não podendo privilegiar deliberadamente a nenhum deles, considerado o fato de que os interesses destes nem sempre são coincidentes.

1.3.2 – A informação contábil, em especial aquela contida nas demonstrações contábeis, notadamente as previstas em legislação, deve propiciar revelação suficiente sobre a Entidade, de modo a facilitar a concretização dos propósitos do usuário, revestindo-se de atributos entre os quais são indispensáveis os seguintes:

- confiabilidade;
- tempestividade;
- compreensibilidade; e
- comparabilidade.

Partindo-se do conceito de dado até chegar ao conceito de informação há de se considerar o processo de transformação da informação em conhecimento para se alcançar um objetivo específico, a continuidade deste processo é um sistema de informação.

2.2. SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Conceitos de Sistema e de Sistemas de Informação aberto e fechado denotam a complexidade do Sistema de Informação que tem como função levar à tomada de decisão sendo necessário encontrar a forma adequada à estrutura da UFPR.

2.2.1. Conceito de Sistema

Avança-se no conceito de informação e conhecimento, ao tomar-se contato com o processo de transformação da informação que agrega vários elementos que ao se interligarem com outros elementos e interferirem neles formam uma cadeia sistêmica, como na química orgânica, percebe-se que o Sistema de Informação modifica-se de acordo com a natureza do produto que se propõe.

VASCONCELOS (1999, p.132) salienta que “o sistema de informação tornou-se o coração da competitividade da organização, se ele para de funcionar aparecerão problemas de qualidade, os custos não serão mais seguidos, os prazos de reação às demandas dos clientes ou de inovação se prolongarão”.

Para PADOVEZE:

Sistema pode ser definido como um complexo de elementos em interação. Em outras palavras, sistema é um conjunto de elementos interdependentes, ou um todo organizado, ou partes que interagem formando um todo unitário e complexo. Como uma resultante do enfoque sistêmico, o todo deve ser mais que a soma das partes. Fundamentalmente, o funcionamento de um sistema configura-se a um processamento de recursos (entradas do sistema), obtendo-se com esse processamento, as saídas ou produtos do sistema (entradas, processamento, saídas). Os sistemas classificam-se em sistemas abertos e fechados. (PADOVEZE, 2000, p.42).

2.2.2. Sistema de Informação Aberto

Quando a estrutura do Sistema de Informação possui um fluxo que extrapola a estrutura da organização e avança para mostrar resultado para a Sociedade, e ao mesmo tempo interage com ela, tem-se um Sistema de Informação Aberto.

Segundo CHIAVENATO, (2004, p.478), “O sistema aberto se caracteriza por um intercâmbio de transações com o ambiente e conserva-se constantemente no mesmo estado (auto-regulação) apesar de a matéria e a energia que o integram se renovarem constantemente (equilíbrio dinâmico ou homeostase)”.

Pode-se comparar o sistema aberto a um organismo humano que interage com o meio ambiente e é influenciado por ele de várias maneiras e na busca da sobrevivência passa por vários processos de adaptação ao longo da sua existência.

E afirma REZENDE (2003, p.50): “As empresas devem ser sistemas abertos, com integridade, planejamento, normas, procedimentos, regras, envolvimento das pessoas, tudo de forma estruturada e organizada, possibilitando uma dinâmica de funcionamento sistêmico e integrativo”.

Entende-se com isso, que a empresa que mantém um sistema aberto só tem a ganhar em termos de gestão, contribuindo para com a sociedade e por ela sendo requisitada e admirada por sua qualidade e competência. Dentro desta perspectiva é que se devem direcionar os trabalhos de acompanhamento da gestão da UFPR.

2.2.3. Sistema de Informação Fechado

Encontra-se, por esta abordagem, o sistema fechado que em contraposição ao sistema aberto é autocontido, não troca material, informação ou energia com o ambiente. A isto chama-se de entropia, ou seja, segundo CHIAVENATO, refere-se a perda de energia em sistemas isolados, levando-os a degradação e ao desaparecimento, como descrito por CHIAVENATO:

Sistemas fechados. Não apresentam intercâmbio com o meio ambiente que os circunda, pois são herméticos a qualquer influência ambiental. Sendo assim, não recebem influência e nem influenciam o ambiente. Não recebem nenhum recurso externo e nada produzem que seja enviado para fora. A rigor, não existem sistemas fechados na acepção exata do termo. A denominação sistemas fechados é dado aos sistemas cujo comportamento é determinístico e programado e que operam com pequeno e conhecido intercâmbio de matéria e energia com o meio ambiente. Também o termo é utilizado para os sistemas estruturados, onde os elementos e as relações combinam-se de maneira peculiar e rígida, produzindo uma saída invariável. São os chamados sistemas mecânicos, como as máquinas e os equipamentos. (CHIAVENATO, 2004, p.477)

2.2.4. Diferença entre o Sistema Aberto e o Sistema Fechado

Evidencia-se a seguir no confronto teórico entre sistema aberto e fechado por CHIAVENATO a generalidade do conceito empresarial que não é o caso da UFPR, pois sua natureza aproxima-se da dinâmica do ambiente ao tratar-se de informação e para garantir a sua viabilidade pauta-se somente na necessidade humana de sobrevivência, subsistência e aprimoramento contínuo do conhecimento.

Confronto entre teorias de sistema aberto e de sistema fechado: O conceito de sistemas tem sua origem nas disciplinas científicas (como Biologia, Sociologia etc.). Essas têm um denominador comum: o chamado sistema aberto, que descreve as ações e interações de um organismo em um ambiente. Os sistemas abertos trocam energia e informação com seus ambientes e são por eles influenciados. A abordagem de sistema aberto trouxe uma nova e moderna concepção para a Administração, a partir dos seguintes aspectos:

- a. A natureza essencialmente dinâmica do ambiente conflita com a tendência essencialmente estática da organização. Essa é constituída para autoperpetuar-se ou, na pior hipótese, para autoperpetuar sua estrutura, critérios, métodos e metas e não para mudar esses elementos de acordo com as transformações ocorridas no ambiente.

- b. Um sistema organizacional rígido não pode sobreviver na medida em que não consegue responder eficazmente às mudanças contínuas e rápidas do ambiente.
- c. Para garantir sua viabilidade, a organização como sistema aberto – como um clube, hospital ou governo – oferece ao meio ambiente os produtos que ele necessita e, se for o caso, cria nele a necessidade de tais produtos, pois somente assim garante a absorção dos produtos e a provisão de insumos.
- d. O sistema precisa de constante e apurada informação do ambiente sobre sua natureza, sobre a qualidade e a quantidade dos insumos disponíveis e sobre a eficácia ou adequação dos produtos ou respostas da organização ao ambiente. Em uma palavra, o sistema requer constante, apurada e rápida retroação, pois a continuidade da oferta de produtos desnecessários resultará, a médio prazo, na redução dos insumos ou dos recursos, reduzindo a capacidade de a organização auto-sustentar-se e alcançar seus propósitos.(CHIAVENATO, 2004, p.488)

Alguns autores comparam o sistema fechado com os sistemas de informática, que são programados não se adaptando as situações por conta própria, pelo menos por enquanto, o que pode explicar a velocidade com que se tornam ultrapassados os softwares hoje em dia. Além do que pode REZENDE (2003, p.49) afirma que a tendência de um sistema fechado é a extinção:

“Nos sistemas empresariais fechados, não existem permutas da empresa com o meio ambiente externo que está a sua cerca, as mesmas são insensíveis e indiferentes a qualquer influência ambiental, não se integrando ou interagindo com o mundo, inviabilizando sua existência”.

Na verdade isto não consiste exatamente em um problema, pois, não existem diferenças assim como na respiração o ar deve entrar e sair para o organismo sobreviver, na visão sistêmica se algo acontece levando o ser a não respirar alguma medida deve ser tomado de imediato, o que Vânia Maria em sua tese de Doutorado chama de “entropia negativa” uma condição necessária à sobrevivência.

2.2.5. Principais Características do Sistema de Informação

A seguir aborda-se em alguns conceitos que as principais características do Sistema de Informação são o fornecimento de elementos para a tomada de decisão e a velocidade com que deve se mover e a sua capacidade de autocorreção.

Quando PADOVEZE diz que o sistema de informação deve ser no seu todo maior que a soma das partes, nos remete à missão do sistema de informação que é acrescentar algo mais capaz de motivar uma tomada de decisão eficaz.

Segundo SANCHES:

Sistema de informação é todo e qualquer sistema (conjunto de partes coordenadas com vistas à realização de um propósito) que processe dados em informações em que produza resultados para um fim específico. Logo, que propicie informações úteis, difundidas ao bom momento, a boa pessoa, sob a boa forma para a boa tomada de decisão, com vistas “a permitir as organizações o cumprimento de seus principais objetivos”. (SANCHES 1997, P. 76)

E PADOVEZE acrescenta a velocidade com que os sistemas de informação devem ser processados para que cumpram a sua função, ser eficiente:

Nessa visão de oportunidade econômica, as *trust networks* (rede de confiança) e as *advice networks* (redes de consultas) e neste caso, em especial, a Internet, baseada nas tecnologias avançadas da informação, da informática e das telecomunicações, a “rede das redes” triunfa nos domínios da pesquisa e se exporta progressivamente dentro do setor industrial, comercial e de serviços. A este fator, acrescenta que face às condições atuais de mudança da atividade das empresas, a vida útil de um impresso diminui de forma tão rápida que, em muitos casos, este fica obsoleto antes mesmo de chegar nas mãos do destinatário. (PADOVEZE 2000, p.42)

E por fim, concluindo uma trilogia, a forma adequada deste sistema de informação deve concentrar os esforços para interagir e corrigir-se com o meio ao qual pertence abrindo-se para mudanças positivas e efetivas, como mostra CHIAVENATO a seguir:

Conceito de entropia e sinergia: Entropia (do grego *entropé* = transformação) é um conceito controvertido nas ciências da comunicação. A entropia é a segunda lei da termodinâmica e refere-se à perda de energia em sistemas isolados, levando-os à degradação, à desintegração e ao desaparecimento. A entropia significa que partes do sistema perdem sua

integração e comunicação entre si, fazendo com que o sistema se decomponha, perca energia e informação e degenere. Se a entropia é um processo pelo qual um sistema tende à exaustão, à desorganização, à desintegração e, por fim à morte, para sobreviver o sistema precisa abrir-se e reabastecer-se de energia e de informação para manter a sua estrutura. A esse processo reativo de obtenção de reservas de energia e de informação dá-se o nome de entropia negativa ou negentropia. À medida que aumenta a informação, diminui a entropia, pois a informação é a base da configuração e dá ordem. A negentropia, portanto, utiliza a informação como meio ou instrumento de ordenação do sistema. A negentropia é o reverso da segunda lei da termodinâmica, ou seja, o suprimento de informação adicional capaz, não apenas de repor as perdas, mas de proporcionar integração e organização no sistema. A informação também sofre uma perda ao ser transmitida. Isso significa que todo sistema de informação possui uma tendência entrópica. Daí decorre o conceito de ruído. Quando nenhum ruído é introduzido na transmissão, a informação permanece constante.

Sinergia (do grego, *syn*, com e *ergos*, trabalho) significa literalmente "trabalho conjunto". O conceito de sinergia também é controverso. Existe sinergia quando duas ou mais causas produzem, atuando conjuntamente, um efeito maior do que a soma dos efeitos que produziriam atuando individualmente. É o caso da aspirina, que é um febrífugo, e a cafeína também. Ambas as substâncias atuando simultaneamente produzem um efeito febrífugo multiplicado. (CHIAVENATO, 2004, p. 424)

Um sistema de informação eficiente, eficaz e efetivo é um instrumento de gestão que possibilita a instituição cumprir melhor a sua missão, a sua função e adapta-se à forma mais adequada na garantia de sua perenidade.

2.3. SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL

Em busca da centralização das informações com propósitos definidos chega-se ao SIG – Sistema de Informação Gerencial:

Um Sistema de Informações Gerenciais é um agrupamento organizado de pessoas procedimentos, banco de dados e dispositivos usados para oferecer informações de rotina aos administradores e tomadores de decisões. O SIG focaliza a eficiência operacional. Marketing, produção, finanças e outras áreas funcionais são apoiadas pelos sistemas de informações gerenciais e ligadas através de um banco de dados comum. Os sistemas de informações gerenciais tipicamente fornecem relatórios pré-programados gerados com dados e informações do sistema de processamento de transações. (STAIR, 1996, p.38)

Direcionando-se ao objetivo principal deste trabalho que é a busca de um sistema de Informação gerencial que evidencie os atos e fatos contábeis da UFPR de modo que facilite o controle pelos órgãos fiscalizadores internos e externos e principalmente propicie a melhor utilização pelos gestores dos recursos próprios e do

tesouro, evidencia-se a seguir os conceitos por alguns autores sobre os temas: controle interno integrado, sistema para tomada de decisão e sistema para integração de informações.

2.3.1. Controle Interno Integrado

Pode-se referenciar a Auditoria tanto interna quanto externa como um dos bons motivos para se ter um controle interno integrado.

Destaca-se a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art.74, dando ênfase ao controle interno nas entidades governamentais, que estabelece aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que deverão manter de forma integrada um sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária e, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado. (PEIXE, 2002, p.116)

Neste conceito sobre circularidade CHIAVENATO constrói um paradoxo interessante ao item sistema de controle interno, pois se torna necessário para ele o confronto entre o todo e as partes:

Circularidade: daí, o paradoxo a fim de conhecer as partes para poder conhecer o todo e, ao mesmo tempo, conhecer o todo para poder conhecer as partes, torna-se necessário reconhecer a circularidade nas explicações simultâneas

do todo pelas partes e das partes pelo todo. Ambas essas colocações são complementares, sem que nenhuma possa anular os aspectos antagônicos e concorrentes da outra. (CHIAVENATO, 2004, p.490).

Complementa MAXIMINIANO o conceito anterior adicionando a necessidade da eficácia nos sistemas de controle para se alcançar os objetivos propostos na criação de um sistema de informação gerencial e as principais características de um sistema de controle eficaz:

Um sistema de controle realiza atividades necessárias ao processo de controle. Um sistema de controle produz informações sobre o comportamento de um sistema de recursos, sobre o andamento de uma atividade e sobre os objetivos do sistema ou atividade, para que alguém possa tomar decisões.

Para montar um sistema de controle, é preciso definir os procedimentos e as ferramentas para produção, processamento e apresentação de informações. Os sistemas de informações são sistemas de controle.

As principais características de um sistema de controle eficaz são: Foco nos pontos estratégicos, precisão, rapidez, objetividade, economia, aceitação e ênfase na exceção. (MAXIMIANO, 2004, p. 367-368)

Em uma visão sistêmica evidencia-se que a centralização das informações promove um controle interno integrado e que a eficácia no controle possibilita uma efetiva tomada de decisão, que se confirma no tópico seguinte.

2.3.2. Sistema para Tomada de Decisão

No processo de tomada de decisão repete-se a importância do controle:

A decisão é o fundamento que possibilita a finalização do processo de controle, desencadeando e orientando a ação. É um processo através do qual as informações são transformadas em atividades.

As informações são elaboradas pelas funções do subsistema informativo (orçamento, contabilidade de custos e contabilidade financeira) a partir dos dados observados e registrados que historicamente reportam o desempenho planejado e realizado das funções do subsistema operativo (administração, finanças, produção e marketing) e possibilitem também conhecer a eficácia das funções do subsistema diretivo (planejamento, execução e controle) Assim, de forma sistemática, efetua-se o verdadeiro controle das organizações. Em sentido amplo, controle é administração. A administração pode então ser vista como um processo contínuo e recorrente que tem início com a definição dos planos que mostram o caminho a ser trilhado pela organização, consubstancia-se na execução das tarefas e realiza-se plenamente pelo exercício do controle que possibilita ao gerente tomar decisões harmoniosas sobre planos e respectivas execuções. (BRISOLA, 1990, p.115)

Neste trabalho não existe a pretensão de se reorganizar a UFPR, pois parte-se do princípio que o trabalho de organização e métodos foi ou está sendo trabalhado pelo setor de Recursos Humanos e que se encontra em pleno funcionamento. Vale lembrar que o objetivo é sim mostrar aos gestores e fiscalizadores o resultado das demonstrações contábeis e para isso torna-se necessário um sistema para a integração das informações que vem a seguir.

2.3.3. Sistema para Integração de Informações

Neste item, a UFPR sendo autarquia federal conta com o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI o qual centraliza todas as informações inerentes a sua gestão, ou seja, todos os atos e fatos de natureza contábil referente à execução orçamentária, financeira e patrimonial.

CHINELATO (2004, p.178) conceitua:

“No contexto atual das organizações, com ênfase na educacional, onde se busca a redução de custo diretos e indiretos, as ferramentas de informação e comunicação internas tornam-se indispensáveis. Parece mesmo um fator essencial de desenvolvimento e de progresso da empresa.”

E nesse sentido de integração de informações o SIAFI muito tem contribuído desde que sejam digitados nele todas as ações que efetivamente tenham ocorrido.

O Governo Federal tem envidado esforços na busca de um sistema que atenda às expectativas da população em termos de transparência nos gastos públicos e no item 2.6 serão detalhados os sistemas criados.

A seguir, detalhes sobre os demonstrativos contábeis no setor público.

2.4. PRINCIPAIS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO

As Demonstrações Contábeis são instrumentos de análise e controle a nível gerencial (tomada de decisão), demonstrando as situações econômico-financeiro e patrimonial do exercício, estando as informações disponíveis nos Balanços: Orçamentário, Financeiro e Patrimonial.

Os balanços serão mostrados no Anexo II deste trabalho, e nos itens subseqüentes constarão as definições e funções dadas por alguns autores aos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Balancete Mensal.

As Demonstrações Contábeis, cuja preparação deve observar o princípio contábil da competência, tanto na despesa como na receita, representam o resultado das operações relacionadas às origens e aplicações de recursos pelos Órgãos da Administração Pública Federal Direta e Indireta, objetivando a atender aos requisitos da fidedignidade, tempestividade, clareza e comparabilidade.

2.4.1. Balanço Orçamentário

A previsão da receita, ou seja, a soma de tudo que se espera arrecadar em todas as fontes em contrapartida com a despesa que é fixada ou dotação orçamentária. Inclui-se também, as descentralizações externa de créditos que são convênios com outros órgãos integrantes do Sistema Integrado de Administração do Governo Federal.

Existem três colunas em cada uma das seções que compõem o Balanço Orçamentário quais sejam: Previsão da Receita, Execução da Receita e a diferença

entre elas e na outra a Despesa Fixada, a Execução da Despesa e a diferença entre elas. Segundo SILVA:

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Assim, o balanço orçamentário constitui o produto final da contabilidade orçamentária, ou sistema orçamentário que objetiva basicamente:

- a) registrar os elementos do orçamento público, nos termos em que o mesmo foi aprovado pelo Poder Legislativo;
- b) registrar a execução do orçamento, com as modificações que vão sendo introduzidas;
- c) registrar a posição dos valores executados quando do encerramento do exercício, comparada com as previsões iniciais do orçamento.

O balanço orçamentário deverá mostrar com clareza a política seguida pelos governantes na distribuição dos gastos pelas funções do governo, visando atender:

- 1) à Administração – Poder Executivo – como instrumento de auxílio no controle de legalidade, oportunidade e eficiência das operações realizadas e no processo de tomada de decisões;
- 2) aos órgãos fiscalizadores – Poder Legislativo – como meio para verificar o desempenho da administração e o bom emprego do dinheiro público;
- 3) à população que independentemente da atuação dos órgãos fiscalizadores deseja estar informada sobre a boa aplicação dos recursos com que contribui para que o Poder Público atenda a suas necessidades coletivas.

Encerrado o exercício, a administração pública levanta um balanço geral do movimento, condensando toda a receita e despesa paga ou realizada, comprovada pelo balanço orçamentário, o qual evidencia o déficit ou o superávit do período administrativo, por meio de quadros demonstrativos, não só da receita arrecadada como da despesa realizada. (SILVA, 2004, p. 350).

2.4.2. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro tem como função demonstrar as entradas e saídas comparando o presente exercício com o exercício anterior, os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária em conjugação com as disponibilidades financeiras do exercício anterior e para o exercício seguinte.

LINO dispõe desta forma:

O balanço financeiro demonstrará a receita e despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugadas com os saldos em espécie provenientes do exercício do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O balanço financeiro representa ao final do exercício o produto da contabilidade financeira, cuja função é a de registrar as operações relativas à movimentação de valores, especialmente numerário.

Um dos elementos fundamentais do balanço financeiro é o registro dos Restos a Pagar, que é apresentado como "receita extra-orçamentária". Na realidade, trata-se de uma conta redutora das despesas orçamentárias apropriadas no exercício, com vista na correta apresentação das disponibilidades. (LINO, 2004, p.351)

2.4.3. Balanço Patrimonial

A estrutura do Balanço Patrimonial segue disposição do Plano de Contas da Administração Pública Federal, representada pelos saldos das contas patrimoniais (classes 1 e 2), cujo resultado corresponde a diferença entre o Ativo e o Passivo.

Segundo LINO:

O balanço patrimonial compreenderá as contas do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido. O Ativo é representado por contas que representam bens e direitos e, quando for o caso, por contas do Passivo a Descoberto ou situação líquida negativa. O Ativo é dividido em:

- a) Ativo Financeiro, que compreende os créditos e valores realizáveis, independentemente de autorização orçamentária e, ainda, os valores numerários;
- b) Ativo Permanente, que compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

O Passivo é representado por contas que representam as obrigações e é dividido conforme a seguir:

- a) Passivo Financeiro, que compreenderá os compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária;
- b) Passivo Permanente, que compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização e resgate.

O saldo patrimonial ou patrimônio líquido é representado pela diferença entre o Ativo e o Passivo, indica o patrimônio líquido e pode apresentar as seguintes posições:

- . saldo patrimonial negativo ou passivo a descoberto: ocorre quando o Ativo for menor que o Passivo.
- . saldo patrimonial positivo ou Ativo Real Líquido: ocorre quando o Ativo for maior que o Passivo.
- . saldo patrimonial nulo: decorre da igualdade entre os elementos do Ativo e do Passivo.

(LINO, 2004, p.354)

2.4.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

Conforme o artigo 104 da Lei 4320/64, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Segundo LINO:

Essa demonstração, que também pode ser denominada de Balanço de Resultados, evidencia as alterações ocorridas no Patrimônio durante o exercício, resultantes ou independentes da execução orçamentária, apurando o resultado patrimonial do período, quer ele seja positivo, negativo ou nulo.

Nas alterações da situação líquida patrimonial, devem, ainda, ser computadas as superveniências e insubsistências ativas e passivas. (LINO, 2004, p.355)

2.4.5. Balancete Mensal

A seqüência das contas contábeis que compõem o balancete segue a ordem do Plano de Contas Único do Governo Federal, constando o saldo devedor ou credor de cada uma delas e ainda das contas retificadoras que auxiliarão na composição automática dos Balanços. Sua análise mensal é de suma importância para a boa qualidade das informações contábeis.

FORTES conceitua:

O balancete é a peça contábil que demonstra os saldos anteriores e atuais e os movimentos devedores e credores de cada conta existente na tabela do plano de contas do ente da federação. O levantamento do balancete mensal permite ao ente da federação verificar o movimento e os saldos de cada conta contábil, com a finalidade de conferir e analisar os registros realizados diariamente. A Lei de Responsabilidade Fiscal passou a exigir, a partir de maio de 2000, a publicação bimestral de informações do ente da federação que serão retiradas dos seus registros contábeis. A verificação mensal desses registros, por meio do balancete conferido e analisado, possibilita ao ente da federação a divulgação de dados com uma melhor qualidade. A análise do balancete poderá ser efetuada utilizando-se três métodos: virtual, comparativo e composição de saldos. (FORTES, 2001, p.337-338)

2.5. SISTEMAS CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO

O Plano de Contas da Administração Pública Federal indica para cada conta contábil em nível de escrituração, o Sistema Contábil a que a mesma pertence, de forma a oferecer maior segurança no momento dos registros contábeis, facilitando a análise gerencial, inclusive balanços e demais demonstrações

contábeis. Os Sistemas Contábeis aos quais as contas podem pertencer são os seguintes: Sistemas Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação.

2.5.1. Sistema Orçamentário

Indica as contas contábeis que pertencem ao grupo do Ativo e Passivo Compensado, e que tenham interferência direta no controle do detalhamento da execução orçamentária da Receita e da Despesa.

O Sistema Orçamentário é representado pelos atos de natureza orçamentária, tais como: previsão da receita, fixação da despesa, cancelamentos de créditos, descentralização de créditos, empenho da despesa. No Sistema Orçamentário é feita a comparação da receita prevista e da despesa fixada com as suas respectivas realizações, sendo obrigatória a passagem por este sistema dos fatos de arrecadação da receita e de liquidação da despesa. (FORTES, 2001, p.264)

2.5.2. Sistema Financeiro

Coloca as contas contábeis que pertencem as classes do Ativo, Passivo, Variações Ativas e Passivas, bem como Receitas e Despesas, com destaque para estas duas ultimas, uma vez que as contas que compõe essas classes pertencem exclusivamente a este sistema, e que de forma mediata ou imediata venham a impactar os recursos financeiros disponíveis:

O Sistema Financeiro está relacionado com os ingressos (entradas) e os dispêndios (saídas) de recursos, ou seja, com o registro dos recebimentos e pagamentos de natureza orçamentária e extra-orçamentária. As principais contas do sistema financeiro estão relacionadas com as contrapartidas do grupo "Disponível", visto que este grupo representa, dentro de qualquer Órgão ou Entidade, as entradas e saídas de recursos. O sistema financeiro está diretamente ligado aos fatos de caixa, ou seja, ao fluxo de caixa, a todas as contas representativas de entradas e saídas de recursos. Podemos concluir que todas as contas do grupo "Disponível" pertencem ao Sistema Financeiro, ou seja, Caixa, Bancos Conta Movimento, Aplicações Financeiras, e todas as outras contas que se relacionam com o "Disponível", também pertencem a esse sistema, tais como: Receita, Despesa, Fornecedores, Restos a Pagar, Encargos Sociais a Recolher, Consignações, Depósitos de Terceiros, etc. (FORTES, 2001, p.262)

2.5.3. Sistema Patrimonial

Demonstra as contas contábeis pertencentes às classes do Ativo onde estão indicadas as aplicações dos recursos, e Passivo onde estão evidenciadas as origens dos recursos aplicados no Ativo, bem como das variações Ativas e Passivas, e que não interferem diretamente na composição das disponibilidades de numerário e obrigações pendentes ou em circulação.

O Sistema Patrimonial registra os fatos não financeiros ou extracaixa, tais como: os bens móveis, imóveis, estoques, créditos, obrigações, valores, inscrição e baixa da dívida ativa, operações de créditos, superveniências e insubsistências ativas e passivas, etc. No Sistema Patrimonial, os lançamentos de incorporação ou desincorporação de ativos e passivos são fechados, dentro desse sistema, mesmo que o fato venha a acarretar uma entrada ou saída de recurso (Sistema Financeiro). A título de exemplo, a compra de um veículo, feita com pagamento no ato da aquisição, pode-se concluir que todos os fatos permutativos vão gerar, sempre, três lançamentos: um no sistema financeiro, outro no sistema patrimonial e um terceiro no sistema orçamentário, por se tratarem de fatos de natureza orçamentária. (FORTES, 2001, p.263-264)

2.5.4. Sistema de Compensação

Compõe-se das contas contábeis que pertencem ao grupo do Ativo e Passivo Compensado com função precípua de controle. Ainda que algumas pertençam ao subgrupo da Execução Orçamentária da Receita e da Despesa, sua interferência ocorre no acompanhamento detalhado dessas execuções, bem como no acompanhamento da Programação Financeira e de outras que integrem o subgrupo das Compensações Ativas e Passivas Diversas:

O Sistema de Compensação é representado pelos atos praticados pelo administrador que não afetam o Patrimônio de imediato, mas que poderão vir a afetá-lo, e, também, pelas contas de controle que proporcionam à administração um acompanhamento mais eficaz de determinados atos administrativos. Os principais atos registrados no Sistema de Compensação são: contas de controle de Execução de Programação Financeira e Execução de Restos a Pagar, contas representativas dos atos potenciais de Títulos e Valores sob Responsabilidades, Garantias, Direitos e Obrigações Conveniadas e Contratadas. Como se pode observar, o Sistema de Compensação compreende, apenas, as contas com função específica de controle relacionado com as situações não compreendidas no Patrimônio, mas que podem vir a afetá-lo ou que necessitam de um acompanhamento mais eficaz, por parte da administração. As contas pertencentes ao Sistema de Compensação estão alocadas dentro dos grupos 1.9 e 2.9, respectivamente, Ativo e Passivo Compensados. (FORTES, 2001, p.264-265)

2.6. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS DEMONSTRATIVOS UTILIZADOS PELA UNIÃO

No intuito de primar pela transparência, o Governo Federal vem com o passar do tempo aprimorando seus sistemas de informações a exemplo do SIAFI que desde a sua implantação tem sofrido várias mudanças para acompanhar a legislação. A seguir serão abordados breves conceitos sobre os sistemas mais importantes para este trabalho como o SIAFI, Subsistema CPR para o acompanhamento do fluxo de caixa, o SIASG para a centralização das compras e acompanhamento de contratos e futuramente de convênios, o SIDOR para a visão de planejamento institucional e o SIAFI-Gerencial como método de busca da informação eficaz.

2.6.1. Sistema SIAFI

No Manual de Procedimentos que pode ser acessado no próprio Sistema SIAFI

– Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal encontra-se a definição e características que se coloca a seguir:

O SIAFI é um sistema de informações centralizado em Brasília, ligado por tele processamento aos Órgãos do Governo Federal distribuídos no País e no exterior. Essa ligação, que é feita pela rede de telecomunicações do SERPRO e também pela conexão a outras inúmeras redes externas, é que garante o acesso ao sistema às quase 17.874 Unidades Gestoras ativas no SIAFI.

Para facilitar o trabalho de todas essas Unidades Gestoras, o SIAFI foi concebido para se estruturar por exercícios: cada ano equivale a um sistema diferente, ou seja, a regra de formação do nome do sistema é a sigla SIAFI acrescida de quatro dígitos referentes ao ano do sistema que se deseja acessar: SIAFI2000, SIAFI2001, SIAFI2002, etc.

Por sua vez, cada sistema está organizado por subsistemas - atualmente são 21 - e estes, por módulos. Dentro de cada módulo estão agregadas inúmeras transações, que guardam entre si características em comum. Nesse nível de transação é que são efetivamente executadas as diversas operações do SIAFI, desde entrada de dados até consultas.

Figura 01 – Estrutura do SIAFI.



Fonte: SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2006.

Antes do SIAFI existia defasagem na escrituração contábil de pelo menos, 45 dias entre o encerramento do mês e o levantamento das demonstrações Orçamentárias, Financeiras e Patrimoniais, inviabilizando o uso das informações para fins gerenciais;

A STN, por sua vez, identificou a necessidade de informações que permitissem aos gestores agilizar o processo decisório, tendo sido essas informações qualificadas, à época, de gerenciais. Dessa forma, optou-se pelo desenvolvimento e implantação de um sistema informatizado, que integrasse os sistemas de programação financeira, de execução orçamentária e de controle interno do Poder Executivo e que pudesse fornecer informações gerenciais, confiáveis e precisas para todos os níveis da Administração. Desse modo, a STN definiu e desenvolveu, em conjunto com o SERPRO, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI em menos de um ano, implantando-o em janeiro de 1987, para suprir o Governo Federal de um instrumento moderno e eficaz no controle e acompanhamento dos gastos públicos.

Hoje o Governo Federal tem uma Conta Única para gerir, de onde todas as saídas de dinheiro ocorrem com o registro de sua aplicação e do servidor público que a efetuou. Trata-se de uma ferramenta poderosa para executar, acompanhar e controlar com eficiência e eficácia a correta utilização dos recursos da União.

O SIAFI é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. Desde sua criação, o SIAFI tem alcançado satisfatoriamente seus principais objetivos. (Manual SIAFI).

2.6.2. Sub-Sistema CPR

Chega-se a existência das três fases da despesa, empenho, liquidação e pagamento ao deparar-se com a Lei 4320/64 no seu artigo 62 que determina que o pagamento da despesa só seja efetuado quando ordenado após sua regular liquidação. E para evidenciar-se de fato, criou-se o Sub-Sistema de Contas a Pagar e a Receber que tem nos documentos de efetivo direito adquirido pelo credor o documento de origem para a liquidação e no empenho que por força de lei deve ser prévio, o documento de referência. Encontra-se no Manual SIAFI a seguinte definição:

O CPR - Contas a Pagar e a Receber é um subsistema do SIAFI desenvolvido de forma a otimizar o processo de programação financeira dos órgãos/entidades ligadas ao sistema, proporcionando informações em nível analítico e gerencial do fluxo de caixa. O CPR permite o cadastramento de contratos, notas fiscais, recibos e outros documentos hábeis, cuja contabilização é efetuada por eventos de sistema. Estes documentos geram compromissos de pagamento e de recebimento que montarão o fluxo financeiro. (Manual SIAFI).

2.6.3. Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

O SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais foi desenvolvido pelo Ministério do Planejamento e Orçamento com o objetivo de facilitar as operações de compras por meio de licitações utilizando a Internet para o acesso tanto dos fornecedores interessados a participar como das Unidades Governamentais demandantes. Criou-se ainda a figura do “caroneiro” que até o limite de vinte e cinco por cento do valor total da licitação pode adquirir os produtos licitados por outrem, logicamente obedecendo as regras previstas no edital.

Encontra-se a seguinte conceituação no Manual SIAFI:

O Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG é o sistema informatizado de apoio às atividades operacionais no âmbito do SISG. O SIASG tem sido uma ferramenta para a modernização da área de serviços gerais na Administração Federal, em especial nas atividades de cadastramento de fornecedores, catálogo de materiais e serviços e registro de preços de bens e serviços. O SIASG está ramificado pelos órgãos e pelas entidades integrantes do SISG, por meio de terminais informatizados. O Sistema é constituído por diversos módulos, sendo que alguns ainda estão em desenvolvimento, oferecendo ainda o acesso na Internet a um conjunto de serviços e informações. O SIASG tem a missão de integrar os órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, em todos os níveis, com instrumentos e facilidades para a melhoria dos serviços públicos. Os três módulos básicos do SIASG são o catálogo unificado de materiais e serviços, o cadastro unificado de fornecedores e o registro de preços de bens e serviços. (Manual SIAFI).

2.6.4. Sistema Integrado de Dados Orçamentários

Utilizado na área de Planejamento Orçamentário o SIDOR é mais uma ferramenta a ser utilizada em benefício da otimização dos recursos públicos. A seguir o conceito e as finalidades apontadas no Manual SIAFI:

Sistema desenvolvido, operado e gerenciado pela Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento e Orçamento, com o concurso de recursos de processamento eletrônico, para auxiliar na sistematização de dados relativos aos orçamentos da União. O SIDOR tem como finalidades básicas:

- a) Apoiar as tarefas a cargo do órgão central do sistema de orçamento federal relacionadas com a elaboração das propostas de orçamento da seguridade social da União;
- b) Auxiliar os órgãos setoriais de orçamento na formulação de suas propostas de orçamento;
- c) Apoiar a montagem de projetos de lei de créditos adicionais que devam ser submetidos ao Congresso Nacional durante a execução da lei orçamentária anual;
- d) Atualizar os arquivos relativos aos orçamentos com os dados inerentes aos créditos adicionais abertos ou reabertos no exercício;
- e) Registrar dados relativos à execução físico-financeira agregada da programação.

Os processos a cargo do SIDOR se acham estruturados em cinco etapas, cada uma destas relacionadas a um dos momentos básicos do processo de elaboração e aprovação da lei orçamentária anual, quais sejam: Etapa 00, a cargo das Unidades Orçamentárias (UOs), compreendendo a montagem dos cadastros básicos e detalhamento de suas propostas manutenção e ampliação de projetos e atividades. (SANCHES, 1997, p.249)

2.6.5. Sistema SIAFI – Gerencial

Esta ferramenta SIAFI –Gerencial traz as características da transação CONOR que existe dentro do SIAFI operacional, logicamente melhorado, mas ainda não é muito utilizada devido ao custo para possibilitar o seu funcionamento.

No Manual SIAFI encontramos a sua definição:

O SIAFI Gerencial é um sistema, em ambiente Windows, que possibilita a obtenção de informações, a partir dos dados da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial existentes no SIAFI Operacional. Existe diferença na forma de armazenamento dos dados nos ambientes Operacional e Gerencial. O Banco de Dados do SIAFI Operacional é o ADABAS, enquanto que o do SIAFI Gerencial é o ORACLE. Toda noite é executado um processo de migração dos dados do ambiente Operacional para o Gerencial. Essa migração refere-se aos lançamentos contábeis ocorridos durante o dia, e também às atualizações ocorridas nas diversas tabelas do sistema. Dessa forma, toda manhã ao entrar em operação, o SIAFI Gerencial possibilita consultas relativas a tudo o que ocorreu no SIAFI Operacional até o dia anterior. Daí dizermos que é um processo “ontem-line”. A característica básica do SIAFI Gerencial é a flexibilidade oferecida ao usuário para obtenção das informações, tanto na forma de parametrização dos filtros, quanto na forma de apresentação das mesmas. Dessa forma, é um sistema que atende às necessidades dos usuários de forma tempestiva e customizada. Se o fato em questão for, por exemplo, a emissão de um empenho, os dados que descrevem esse fato relacionam-se ao empenho, ao PASSO QUE, SE FOR UMA DOTAÇÃO, HAVERIA OUTROS DADOS. ISSO SIGNIFICA QUE OS DADOS UTILIZADOS NA MONTAGEM DA INFORMAÇÃO DIFEREM DE ACORDO COM OS FATOS A RESPEITO DOS QUAIS ESTAMOS QUERENDO EXTRAIR INFORMAÇÕES. A ESTE CONJUNTO DE DADOS CONVENCIONOU-SE CHAMAR DE REGRAS DE NEGÓCIO. DENTRO DO SIAFI GERENCIAL HÁ UM APLICATIVO, INVISÍVEL PARA OS USUÁRIOS, CHAMADO DE CONFIGURADOR, QUE FAZ A GUARDA DESSAS REGRAS, SÓ PERMITINDO A ESCOLHA DE DADOS QUE ESTEJAM RELACIONADOS AO GRUPO DE ITENS QUE VOCÊ SELECIONOU PREVIAMENTE. (MANUAL SIAFI)

2.7. PLANO DE CONTAS ÚNICO DO GOVERNO FEDERAL

O Plano de Contas da Administração Pública Federal com o propósito de sistematizar e uniformizar o registro contábil dos atos e fatos de gestão, possui um conjunto de códigos com títulos representando todos os atos e fatos, inclusive os potenciais, a permitir que a qualquer momento, possa-se obter dados claros e precisos em relação ao patrimônio.

Todos os Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal utilizam o mesmo Plano de contas para a execução contábil relativa aos atos e fatos de

gestão financeira, orçamentária e patrimonial, mantido de acordo com os padrões estabelecidos, tendo como parte integrante a Relação das Contas, a Tabela de Eventos e os Indicadores Contábeis. Conforme o Manual SIAFI:

O Plano de Contas tem o propósito de atender, de maneira uniforme e sistematizada, ao registro contábil dos atos e fatos relacionados com os recursos colocados a disposição dos Órgãos da Administração Direta e Indireta, de forma a proporcionar maior flexibilidade no gerenciamento e consolidação dos dados e atender as necessidades de informações em todos os níveis da Administração Pública Federal, objetivando principalmente:

- a) - realçar o Estado Patrimonial e suas variações, concentrando as contas típicas de controle nos grupos de compensação, de forma a propiciar o conhecimento mais adequado da situação econômico-financeiro da gestão administrativa;
- b) - padronizar o nível de informações dos Órgãos da Administração Direta e Indireta com a finalidade de auxiliar o processo de tomada de decisão, ampliando a quantidade dessas informações e facilitando a elaboração do BGU; e
- c) - permitir, através da Relação de Contas e Tabelas, a manutenção de um sistema integrado de informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais na Administração Pública Federal, com a extração de relatórios necessários a análise gerencial, inclusive Balanços e demais Demonstrações Contábeis, capaz de atender aos aspectos legais e fiscais.

O Plano de Contas da Administração Pública Federal indica para cada conta contábil em nível de escrituração, o Sistema Contábil a que a mesma pertence, de forma a oferecer maior segurança no momento dos registros contábeis, facilitando a análise gerencial, inclusive balanços e demais demonstrações contábeis. As contas estão estruturadas em sete níveis de desdobramento e conta-corrente em nível de escrituração.

Do primeiro nível ao quinto, classe, grupo, sub-grupo, elemento e sub-elemento possui um código e no sexto e sétimo níveis dois códigos numéricos. O que fica muito claro no demonstrativo Balancete Mensal.

Composição básica da estrutura do Plano de Contas Único do Governo Federal, contendo apenas classe e grupo:

Figura 02 – Estrutura do Plano de Contas Único do Governo Federal .

1 – ATIVO	2 - PASSIVO
1.1 – CIRCULANTE	2.1 – CIRCULANTE
1.2 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.2 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
1.4 – PERMANENTE	2.3 - RES.EXERC.FUTUROS
1.9 – COMPENSADO	2.4 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	2.9 – COMPENSADO
3 – DESPESA	4 - RECEITA
3.3 - DESPESAS CORRENTES	4.1 - RECEITAS CORRENTES
3.4 - DESPESAS DE CAPITAL	4.2 - RECEITAS DE CAPITAL
	4.9 - * DEDUÇÕES DA RECEITA
5 - RESULTADO DO EXERCÍCIO (-)	6 - RESULTADO DO EXERCÍCIO (+)
5.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	6.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
5.2 - RES.EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	6.2 - RES.EXTRA-ORÇAMENTÁRIO
	6.3 - RESULTADO APURADO

Fonte: Manual SIAFI

Ainda no Manual SIAFI encontraremos as definições básicas para o entendimento das Demonstrações Contábeis:

a) ATIVO - inclui as contas correspondentes dos bens e direitos, demonstrando aplicação dos recursos, desdobradas nos seguintes grupos:

- ATIVO CIRCULANTE - compreende as disponibilidades de numerário, bem como outros bens e direitos pendentes ou em circulação, realizáveis até o término do exercício seguinte;

- ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - são os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte;

- ATIVO PERMANENTE - representa os investimentos de caráter permanente, as imobilizações, bem como despesas diferidas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício; e

- ATIVO COMPENSADO - compreende contas com função precípua de controle, relacionadas a situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, inclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados a execução orçamentária e financeira.

b) PASSIVO - compreende as contas relativas as obrigações, evidenciando as origens dos recursos aplicados no Ativo, desdobradas nos seguintes grupos:

- PASSIVO CIRCULANTE - compreende as obrigações pendentes ou em circulação, exigíveis até o término do exercício seguinte;

- PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO - são as obrigações exigíveis após o término do exercício seguinte;

- RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS - compreende as contas representativas de receitas de exercícios futuros, deduzidas dos custos e despesas correspondentes ou contrapostos a tais receitas;

- PATRIMÔNIO LÍQUIDO - representa o capital, as reservas e os resultados acumulados; e

- PASSIVO COMPENSADO - compreende contas com função precípua de controle, relacionadas a situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, inclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados a execução orçamentária e financeira.

c) DESPESA - inclui as contas representativas dos recursos despendidos na gestão, a serem computados na apuração do resultado do exercício, desdobradas nas seguintes categorias econômicas:

- DESPESAS CORRENTES - compreendem as contas, desdobradas em transferências e aplicações diretas, de despesas com pessoal e encargos sociais, juros e encargos das dívidas interna e externa, e outras despesas correntes; e

- DESPESAS DE CAPITAL - compreendem as contas, desdobradas em transferências e aplicações diretas, de despesas de investimentos, inversões financeiras, amortizações das dívidas interna e externa e outras despesas de capital.

d) RECEITA - inclui as contas representativas dos recursos auferidos na gestão, a serem computados na apuração do resultado do exercício, desdobradas nas seguintes categorias econômicas:

- RECEITAS CORRENTES - compreendem as tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências de capital e outras receitas correntes; e

- RECEITAS DE CAPITAL - correspondem as operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.

- DEDUÇÕES DA RECEITA - correspondem a anulação de valores registrados como receitas brutas, tais como incentivos fiscais, restituições, abatimentos, descontos concedidos e os impostos que guardam proporcionalidade com o preço das vendas ou dos serviços prestados.

e) RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO - inclui as contas representativas das variações negativas da situação líquida do patrimônio e da apuração do resultado respectivo, desdobradas nos seguintes grupos:

- RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - corresponde a diminuição da situação líquida do patrimônio correspondente as despesas orçamentárias, interferências passivas e as mutações passivas resultantes da execução orçamentária;

- RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO - corresponde a diminuição da situação líquida do patrimônio, inclui as contas representativas das despesas extra-orçamentárias, interferências passivas e mutações passivas, independentes da execução orçamentária.

f) RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO - inclui as contas representativas das variações positivas da situação líquida do patrimônio e da apuração do resultado respectivo.

- RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - corresponde ao aumento da situação líquida do patrimônio, inclui as contas representativas da receita orçamentária, interferências ativas e mutações ativas, resultantes da execução orçamentária; e

- RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO - corresponde ao aumento da situação líquida do patrimônio, inclui as contas representativas das receitas extra-orçamentárias, interferências ativas e mutações ativas, independentes da execução orçamentária.

g) RESULTADO APURADO - conta utilizada na apuração do resultado do exercício por ocasião do seu encerramento.

3. METODOLOGIA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

Com base na Lei 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e atendendo às solicitações do Tribunal de Contas da União (TCU) através da Instrução Normativa nº 47 de 27/10/04 a qual estabelece normas de organização e apresentação de processos de tomada e prestação de contas e que considera que esses processos deverão conter elementos e demonstrativos que evidenciem a boa e regular aplicação dos recursos públicos e tendo no controle da conformidade e desempenho da gestão a contribuição para o aperfeiçoamento da administração pública, serão trabalhados os dados contábeis e transformados em informações que auxiliem de acordo com a Lei no gerenciamento dos recursos públicos aplicados na UFPR.

Trata-se de um estudo de caso instrumental, baseado em modelos de gerenciamento pré-existent. Compreenderá a elaboração de um protocolo com as seguintes seções:

- a) visão global do projeto;
- b) procedimentos de campo;
- c) determinação das questões;
- d) guia para a elaboração do relatório.

O estudo de proposta de modelo de informações gerenciais com base nas Demonstrações Contábeis de Instituição de Ensino Superior – estudo de caso da UFPR - será realizado na Divisão de Contabilidade da UFPR onde serão coletados os dados obtidos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e seu subsistema de Contas a Pagar e a Receber (CPR), que serão analisados e transformados em relatórios de natureza gerencial e seguirão os seguintes itens:

- Analisar a situação na forma em que se apresentam: em relatórios usualmente emitidos pela Contabilidade da UFPR;
- Confrontar os relatórios existentes com relatórios de outras Universidades. De posse desses documentos, sendo um estudo de caso instrumental, serão

utilizados procedimentos de campo, ou seja, entrevista com as pessoas que fazem uso dessas informações para a tomada de decisão, determinando as questões de maior relevância;

- Avaliar alternativas para a transformação de dados contábeis em informações gerenciais, de modo a melhorar a visão que se tem da UFPR como um todo, para o acompanhamento eficiente da aplicação dos recursos públicos;
- Valorizar a atuação do Departamento de Contabilidade e Finanças da UFPR na garantia de confiabilidade na elaboração das Demonstrações Contábeis; na tempestividade da informação contábil para a eficaz tomada de decisão; na compreensibilidade da informação contábil para efeito de plena assimilação por parte dos respectivos usuários; na comparabilidade dos valores das demonstrações ao longo de uma série histórica (Resolução CFC nº 785 de 28/07/95).

Considerando-se os procedimentos já descritos, tomando por base as informações pré-existentes, ou seja, os relatórios ofertados mensalmente para apreciação dos Conselheiros, deparam com a insuficiência de critérios a fim de alcançar os objetivos propostos.

A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, como explica GIL (2007, p.41), clareando os objetivos ou mesmo construindo hipóteses. Optou-se ainda pela entrevista com pessoas envolvidas no processo, tais como: os Conselheiros do CONCUR, a Responsável pela Auditoria Interna, o Diretor do Departamento de Contabilidade e Finanças e o Responsável pelo Planejamento Interno.

A montagem do questionário (ANEXO I) tomou por base os Demonstrativos Contábeis, cuja proposta já havia sido delimitada anteriormente, e dentre todos, o Balancete mostrou-se mais apropriado devido a apresentação por conta contábil, o que facilitará a montagem do novo relatório proposto por esta pesquisa.

Pretendeu-se, além disso, facilitar aos entrevistados evidenciarem seus pontos de interesse analítico e sintético, cruzando esses dados em um quadro comparativo para visualizar pontos relevantes.

Esse aspecto de relevância deve-se ao interesse dos que analisam as contas da UFPR o fazerem de forma generalizada e comparando resultados e observando pontos que auxiliarão aos gestores a melhorarem o desempenho da nossa Universidade.

4. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - ESTUDO DE CASO

Por melhores que sejam as intenções das pessoas ao deparar-se com dados que desconhecem ou pensam conhecer, compromete o processo da transformação do dado em informação podendo causar interpretações equivocadas e até mesmo falhas nas decisões.

A característica democrática da formação dos Conselhos na UFPR é a pluralidade de idéias e de conhecimento, portanto, não necessariamente convergindo para o conhecimento na área contábil. Embora, existindo uma ferramenta facilitadora que se mostre adequada e coerente com as Demonstrações Contábeis agregará benefícios à nossa Instituição.

A seguir, veremos como funciona a UFPR.

4.1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UFPR

A estrutura administrativa da Universidade Federal do Paraná que dá suporte às atividades curriculares dos cursos de graduação e de pós-graduação diferencia-se, pois são as estruturas formadas pelos departamentos que comportam disciplinas e professores. Assim, cursos de graduação e de pós-graduação requerem aos departamentos as disciplinas que serão ministradas em seus cursos, bem como os professores que irão lecionar estas disciplinas. Desta forma, a disciplina de um departamento pode servir a mais de um curso de graduação, bem como, professores podem lecionar em diversos cursos. Existem na UFPR 68 Departamentos que são

responsáveis pelos 47 cursos de graduação da instituição. Estes Departamentos são administrados por Chefes e Vice-Chefes de Departamentos, eleitos pela comunidade acadêmica. Já os cursos de Graduação, assim como os de Mestrado e Doutorado, por Coordenadores e Vice-Coordenadores de Curso.

A UFPR possui uma concepção administrativa que delega funções e não concentra o poder de decisão apenas na mão do reitor.

Eleito pela comunidade acadêmica, o reitor trabalha em parceria com os conselhos – órgãos máximos da instituição e que reúnem representantes das diversas categorias dessa comunidade, para tomar decisões nas diversas esferas administrativas e de ensino. Todas as diretrizes que norteiam o trabalho da instituição são amplamente discutidas e votadas por estes conselhos.

a) Conselho Universitário

É o órgão máximo deliberativo da UFPR e é resultado da união dos membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Conselho de Planejamento e Administração. Tem como principal objetivo traçar a política universitária, funcionando também como instância recursal. É presidido pelo Reitor e composto por 51 membros dentre professores, técnicos administrativos, alunos e representantes da comunidade.

b) Conselho de Curadores

É o órgão destinado a exercer a fiscalização econômico-financeira da Universidade. O exame da contabilidade, os balancetes mensais e o parecer sobre a

prestação de contas anual do Reitor são realizados pelo Conselho de Curadores, composto por cinco representantes da classe dos professores titulares, um representante discente, um do Ministério da Educação e um representante da Comunidade. Devido a natureza de suas atribuições, o CONCUR é o único Conselho que não é presidido pelo Reitor. Ligado ao CONCUR está a Auditoria Interna da UFPR, que é um órgão de avaliação independente e de assessoramento da Administração. Tem como objetivo fortalecer a gestão através da racionalização das ações de controle e prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. É vinculada ao Conselho de Curadores, nos termos do § 3º, art. 15º, Decreto 3591/00 e Portaria n.º 471/GR, de 21/02/2003.

c) Conselho de Planejamento e Administração

Órgão superior deliberativo, normativo e consultivo em matéria de administração e de gestão econômico-financeira. É responsável pela formulação de políticas nas áreas administrativa, patrimonial, financeira e de recursos humanos. O Conselho de Planejamento e Administração é presidido pelo Reitor e composto por 32 membros, dentre os quais os diretores de setor, representantes das classes docentes, representantes dos servidores técnico-administrativos, representantes discentes e dois membros da comunidade.

d) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

É o órgão superior, normativo, deliberativo e consultivo em matéria de ensino, pesquisa e extensão. Dentre suas competências, destacam-se a fixação de normas

para processos seletivos de ingresso na UFPR, currículos de cursos de graduação e pós-graduação, bem como a criação de cursos de especialização, aperfeiçoamento e capacitação. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é presidido pelo Reitor e composto por 21 membros, dentre os quais representantes docentes de cada um dos setores didáticos da UFPR, representantes dos coordenadores dos cursos de graduação e pós-graduação, representantes dos servidores técnico-administrativos, da comunidade e representantes discentes da graduação e da pós-graduação na proporção de um quinto do total de membros.

Além dos conselhos, a UFPR é formada por unidades administrativas que integradas desenvolvem ações para garantir o pleno andamento de todas as atividades da instituição.

As unidades administrativas ligadas diretamente ao Gabinete do Reitor e que são responsáveis por implantar o plano de gestão de cada reitor eleito pela comunidade acadêmica, assim como, por manter os procedimentos administrativos correntes da instituição são conhecidas por pró-reitorias.

Na Universidade Federal do Paraná elas são seis, que atendem às áreas de Graduação e Ensino Profissionalizante; Pesquisa e Pós-Graduação; Extensão e Cultura; Administração; Recursos Humanos e Assuntos Estudantis; Planejamento, Orçamento e Finanças. Cada pró-reitor, assim como seus coordenadores, são cargos de comissão e ocupam estes espaços por quatro anos, período em que cada reitor é eleito para administrar a instituição.

4.2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

O atual Estatuto da Universidade Federal do Paraná, que foi a primeira etapa da Reforma Universitária aprovada pelo Decreto 6614/70-CFE, de 1970, modificou sensivelmente a antiga estrutura da Universidade, constituindo e implantado o Conselho Universitário, o Conselho de Curadores, os Institutos e as Faculdades com seus respectivos Departamentos. A segunda etapa da Reforma Universitária, implantada em 1973, modificou novamente a organização da Universidade, extinguindo os Institutos e as Faculdades e criando os Setores.

Porém esta Reforma manteve os Departamentos como unidades didático-pedagógicas.

Hoje, a Universidade Federal do Paraná mantém sua configuração organizacional baseada em Setores e Departamentos. Ao todo são onze setores, que têm a função de executar, coordenar e fiscalizar as unidades didático-pedagógicas e de pesquisa das áreas de conhecimento.

4.3. PRINCIPAL ESTRUTURA SETORIAL

A seguir dos itens 4.2.1. ao 4.2.11. será delineado sucintamente a composição dos Setores da UFPR e suas principais características.

1) Setor de Ciências Agrárias

O Setor de Ciências Agrárias é constituído por sete Departamentos - Economia Rural e Extensão, Fitotecnia e Fitossanitarismo, Solos, Silvicultura e Manejo, Engenharia e Tecnologia Rurais, Medicina Veterinária e Zootecnia, e oferece três cursos de graduação interdependentes: Engenharia Agrônômica, Engenharia Florestal e Medicina Veterinária. Conta com 150 professores que lecionam para 1400 alunos. A eleição para diretor e vice acontece de quatro em quatro anos.

2) Setor de Ciências Biológicas

O Setor de Ciências Biológicas está localizado no campus do Centro Politécnico. Sua estrutura organizacional congrega 10 Departamentos: Anatomia, Biologia Celular, Bioquímica, Botânica, Educação Física, Farmacologia, Fisiologia, Genética, Patologia Básica e Zoologia. Funcionando como base de apoio para as atividades desenvolvidas pelos Departamentos, mantém outras unidades subordinadas: Biotério, Centro de Microscopia Eletrônica e o Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em Animais Peçonhentos (LIPAPE), o Laboratório Setorial de Microinformática, a Unidade de Vídeo Ensino e o Museu de Ciências Naturais. A eleição para diretor e vice acontece de quatro em quatro anos.

3) Setor de Ciências da Saúde

O Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná possui cinco cursos: Medicina, Odontologia, Nutrição, Enfermagem e Farmácia, que apesar de funcionarem de forma autônoma, integram-se interdisciplinariamente com a finalidade de formar profissionais voltados para a melhoria das condições de saúde da população. A eleição para diretor e vice acontece de quatro em quatro anos.

4) Setor de Ciências da Terra

O Setor de Ciências da Terra é constituído pelos Departamentos de Geomática, Geografia, Geologia e Centros de Estudos do Mar e oferece graduação em Engenharia Cartográfica, Geologia, Geografia e Ciências do Mar, além de seis cursos de pós-graduação, três cursos de mestrado e dois de doutorado. A eleição para diretor e vice acontece de quatro em quatro anos.

5) Setor de Ciências Exatas

O Setor de Ciências Exatas é constituído por seis departamentos didáticos: Desenho, Estatística, Física, Informática, Matemática e Química. Além de oferta de disciplinas aos demais cursos de graduação da instituição, também é responsável pela formação de profissionais através dos cursos de graduação de Estatística, Física, Informática, Matemática e Química. A eleição para diretor e vice acontece de quatro em quatro anos.

6) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes.

O Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, oriundo da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fundada em 26/01/1938, foi criado e instituído a partir de 1973, quando da reestruturação da Universidade Federal do Paraná. Formado por 10 Departamentos, o Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes engloba áreas que vão da Música às Ciências Sociais, passando por Turismo e Desenho Industrial. A eleição para diretor e vice acontece de quatro em quatro anos.

7) Setor de Ciências Jurídicas

O Setor de Ciências Jurídicas oferece os cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito. A comunidade universitária do Setor tem acesso à Biblioteca de Ciências Jurídicas cujo acervo é considerado o melhor do Paraná. Este, composto de 40.237 livros, 462 títulos de periódicos e 506 outros materiais. A eleição para diretor e vice acontece de quatro em quatro anos.

8) Setor de Ciências Sociais Aplicadas

O Setor de Ciências Sociais Aplicadas localiza-se no campus Jardim Botânico e compreende os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Gestão da Informação. A eleição para diretor e vice acontece de quatro em quatro anos.

9) Setor de Educação

O Setor de Educação desenvolve as funções universitárias básicas de ensino, pesquisa e extensão através de atividades voltadas à produção, sistematização, transmissão e divulgação do conhecimento na área educacional, tendo como finalidade a formação do profissional da educação. A eleição para diretor e vice acontece de quatro em quatro anos.

10) Setor de Tecnologia

O Setor de Tecnologia é o segundo maior da Universidade em número de cursos. São oito ao todo. Esse Setor garante a plena formação profissional de seus 2.668 alunos e a base necessária para prosseguirem em seus estudos de aperfeiçoamento de alto nível. Além dos cursos de graduação, o Setor oferece 11 cursos de Especialização, oito cursos em nível de Mestrado e seis de Doutorado. Para realização de aulas práticas e desenvolvimento de projetos de pesquisa o Setor de Tecnologia tem vinculado à sua estrutura cinco órgãos auxiliares, entre Centros de Pesquisas e Laboratórios. A eleição para diretor e vice acontece de quatro em quatro anos.

11) Setor da Escola Técnica

A Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná foi criada em 1869 e até 1914 chamou-se Escola Alemã, depois Colégio Progresso. Em 1941, a então

Academia Comercial Progresso foi adquirida pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, sendo autorizada a funcionar sob a denominação Escola Técnica de Comércio anexa à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Em 22 de janeiro de 1974 o Conselho Universitário decidiu integrá-la a UFPR como órgão suplementar e a partir de 1986, ela passou a ser denominada Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná.

A partir de 14 de dezembro de 1990, ao aprovar a reorganização administrativa da UFPR, o Conselho Universitário alterou a sua denominação para Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, vinculando-a à Pró-Reitoria de Graduação e em novembro de 1997, por decisão deste mesmo Conselho, foi classificada como unidade da UFPR.

4.4. RESULTADO E DISCUSSÃO DA COLETA DE INFORMAÇÕES

Como considerado em questões anteriores deste trabalho a opção que se mostrou mais adequada foi a de utilizar o demonstrativo intitulado Balancete Mensal, cujo demonstrativo já é usualmente verificado pelos Conselheiros do CONCUR e também por força da legislação é disponibilizado no site da UFPR.

Dentre as contas contábeis foram elencadas as principais com o título “agrupamento”, também foram consideradas outras formas de apresentação, se somente numérica ou com gráficos, e por último o detalhamento partindo do global para o específico. Teve que se ter o cuidado de considerar pontos possíveis de demonstrar, pois não possuímos na UFPR equipamento que suporte o SIAFI-Gerencial, sendo assim, deverá ser produzido com os recursos do próprio SIAFI

mesmo sendo mais trabalhoso, como pode ser visto no ANEXO V no Guia Prático para obtenção dos dados que comporão o novo relatório. Optou-se ainda por, abordar as Despesas em suas Categorias Econômicas – Correntes e de Capital – com o objetivo de evidenciar os investimentos feitos na UFPR. Em relação as Receitas não serão evidenciadas as Receitas por Categoria Econômica pois o que gera Receitas de Capital são alienações procedimentos não comuns na UFPR e portanto não relevantes.

No ANEXO III, estão os Quadros Comparativos formulados com base nos dados do Balancete Mensal de dezembro de 2006 e no ANEXO IV o Protótipo do Relatório Gerencial que justamente refere-se a Despesas de Capital que por ter menos dados se pode visualizar melhor.

Pode-se observar pelos resultados que o interesse tanto dos Conselheiros quanto dos responsáveis que responderam às questões direciona para: o que se arrecada e aonde se gasta; e ainda, neste ano estamos gastando mais e melhor?

Quanto à questão de convênios e contratos, há também essa preocupação com o volume deles e isso pode ser identificado pelas contas de controle do Ativo compensado, embora no caso de contratos não seja possível a separação por despesa corrente ou de capital.

Por fim, agregou-se em um só quadro os pontos considerados relevantes e a partir deles se irá construir um novo Relatório Gerencial.

5. CONCLUSÃO

Neste Universo que é a Administração Pública, a legislação vigente para a elaboração dos Demonstrativos Contábeis existentes há muitos anos norteiam, mas ao mesmo tempo engessam a apresentação dos relatórios de natureza gerencial.

A partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, nota-se o desenvolvimento de novas ferramentas para evidenciação e controle dos gastos, temos por exemplos o SIAFI-gerencial e o SIASG para contratos e futuramente convênios.

Todos os meses o Departamento de Contabilidade envia um processo com um balancete mensal juntamente com outros relatórios numéricos ao Conselho de Curadores e eles analisam com a ajuda da Auditoria Interna. Mas, mesmo assim, em alguns processos os relatores afirmaram sentir falta de relatórios mais gerenciais.

Na busca de facilitar a compreensão dos demonstrativos decidimos por utilizar o formato do balancete - já que os Conselheiros tem familiaridade com este instrumento e também porque na pesquisa não foi solicitada outro tipo de apresentação - agregando informações sobre a origem dos recursos e comparando com o exercício anterior para se ter noção do aumento ou queda no desempenho da UFPR.

Percebemos também, com a pesquisa, que não se tratava de falta de entendimento dos demonstrativos contábeis por parte dos Conselheiros mas sim, a falta de dados que mostrassem o rumo que a UFPR está tomando.

Sendo o CONCUR composto por docentes, discentes e representantes da comunidade acredito que este procedimento trará maior transparência à execução orçamentária, financeira e patrimonial da nossa Universidade.

Espero que neste contexto, o novo relatório gerencial alcance seu objetivo que é agregar conhecimento ao que está exposto nos Demonstrativos Contábeis existentes, e que nesse formato cumpra a sua função e em um círculo virtuoso favoreça a UFPR a cumprir com a sua missão da melhor forma possível.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, J. S. **O espírito do dinheiro: qual a relação entre trabalho, dinheiro e espiritualidade?** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

ARAÚJO, V.M.R.H. **Sistemas de Informação: nova abordagem teórico-conceitual**. IBICT.Ciência da Informação. *Volume 24, N° 1, 1995 – Artigos*.
<http://www.ibict.br/cionline/search.php?op=authorDetail&id=236>

BRISOLA, Josué. **Uma contribuição ao estudo do controle aplicado às organizações**. São Paulo, 1990. 165 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 6º ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CHINELATO, J. F. – **O & M integrado à Informática**, 12º ed. São Paulo: Editora S.A., 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MAXIMIANO, I. **Introdução à Administração**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MCGARRY, K.J. **The changing context of Information – an introductory analysis**. Tradução de Antonio Sabler. Editorial Presença, Ltda. Gil, 35 – A – 1000 Lisboa 1986.

MOLES, Abraham. **Teoria da Informação e percepção estética** / Abraham Moles; [tradução de Helena Parente Cunha] – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1978.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

PADOVEZE, Clovis, L. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de Informação contábil**. São Paulo. Ed. Atlas, 2000.

PIRES, João B. Fortes de Souza. **Contabilidade Pública**. Brasília: Franco & Fortes, 2002.

PEIXE, B.C.S. **Finanças Públicas: controladoria governamental**. Curitiba: Juruá, 2002

RESENDE, D. A. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas**. Denis Alcides Rezende, Aline França de Abreu. – 3.ed.- São Paulo: Atlas, 2003.

SANCHES, Osvaldo Maldonado. **Estratégias para implantação e gerência de sistemas de informação de apoio à tomada de decisões**. Rio de Janeiro, 1997.

SANCHES, Osvaldo Maldonado. **Dicionário de orçamento, planejamento e áreas afins**. Brasília: Prisma, 1997.

SAUVESI, 2005 SAUVÉ, Jacques Philippe. **Sistemas de Informação 1**. Disponível em: <<http://www.dsc.ufcg.edu.br/~jacques/cursos/2005.1/si1/>>. Acesso em 12 set. 2006.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Conheça o SIAFI**. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/siafi/index_conheca_siafi.asp> Acesso em 27 set. 2006

SETZER, Valdemar W. **Sobre o artigo: Dado, Informação, Conhecimento e Competência** ampliação e atualização do artigo correspondente publicado na revista Datagrama (V. abaixo); ele foi publicado em Setzer, V.W. *Os Meios Eletrônicos e a Educação: Uma Visão alternativa*. São Paulo: Editora Escrituras, Coleção Ensaios Transversais Vol. 10, 2001.)

SILVA, Daniel Salgueiro da. **Guia Contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal**. São Paulo: Instituto Ethos, 2000.

STAIR, R. M. **Princípios de Sistemas de Informação**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

VASCONCELOS, César Ricardo Maia de. **L'intelligence Economique et la Stratégie de Développement de la PME.**1999. 324 f. (Tese em Sciences de Gestion – Administração), Université Pierre Mendes France de Grenoble II, France, 1999.

7. ANEXOS

7.1. ANEXO I – QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIOS DA PESQUISA DE CAMPO

O presente questionário tem objetivo levantar dados, através da pesquisa de campo para subsidiar o trabalho de conclusão, do **Curso MBA em Auditoria Integral da UFPR – Departamento de Ciências Contábeis**. Portanto, solicitamos especial atenção e colaboração para que respondam este questionário, que será de extrema valia para encaminhar o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, como uma das fontes principais para consolidar os resultados que subsidiarão a composição de um sistema de informação gerencial para a UFPR.

Destaca-se, que o nome e a participação do pesquisado não será identificado para que fique totalmente livre para responder com colocações de forma real.

Antecipadamente agradecemos imensamente a participação e esperamos corresponder aos objetivos propostos.

CONSIDERE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM ANEXO E ASSINALE QUAIS INFORMAÇÕES, EM SUA OPINIÃO, DEVEM SER VISUALMENTE DESTACADAS E QUAL O NÍVEL DE DETALHAMENTO:

1- AGRUPAMENTO DAS CONTAS:

- | | | |
|--------------------------------|---------|---------|
| a – DESPESAS | () SIM | () NÃO |
| b – RECEITAS | () SIM | () NÃO |
| c – CONVÊNIOS | () SIM | () NÃO |
| d – CONTRATOS | () SIM | () NÃO |
| e – DISPONIBILIDADE FINANCEIRA | () SIM | () NÃO |

2- REPRESENTAÇÃO:

- | | | |
|----------------------------|---------|---------|
| a – COMPARATIVO EXERC.ANT. | () SIM | () NÃO |
| b – CONTENHA GRÁFICOS | () SIM | () NÃO |
| c – SOMENTE NUMÉRICO | () SIM | () NÃO |

3- DETALHAMENTO:

- | | | |
|------------------------------|---------|---------|
| a – POR UGR * | () SIM | () NÃO |
| b – POR UG * | () SIM | () NÃO |
| c – POR ÓRGÃO CENTRALIZADO * | () SIM | () NÃO |
| d – POR ORIGEM DO RECURSO * | () SIM | () NÃO |

e – POR FONTE TESOURO NACION. *	() SIM	() NÃO
f – POR FONTE PRÓPRIA *	() SIM	() NÃO
g – POR AÇÃO*	() SIM	() NÃO
h – DESPESAS CORRENTES	() SIM	() NÃO
i – DESPESAS DE CAPITAL	() SIM	() NÃO

4 – OUTRAS SUGESTÕES E/OU CONSIDERAÇÕES:

* LISTAGEM DO SIGNIFICADO DAS ABREVIATURAS DOS DETALHAMENTOS:

- a) UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL (UGR) - Unidade que responde pela realização da parcela do programa de trabalho contida num crédito orçamentário.
- b) UNIDADE GESTORA (UG) - Unidade Orçamentária ou Administrativa que realiza atos de gestão orçamentária, financeira e/ou patrimonial, cujo titular, em consequência, está sujeito à tomada de contas anual na conformidade dos disposto nos artigos 81 e 82 do Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967.
- c) ÓRGÃO - Denominação dada aos Ministérios, Ministério Público, Entidades Supervisionadas, Tribunais do Poder Judiciário, Casas do Poder Legislativo e às Secretarias da Presidência da República.
ÓRGÃO CENTRAL - Unidade que responde pela normalização e coordenação da ação dos outros Órgãos que compõem um sistema.
- d) ORIGEM DO RECURSO – ver fonte de recursos.
FONTE DE RECURSO - Indica a origem de recursos orçamentários transferidos para um determinado Órgão/Entidade, destinados a manutenção das suas atividades permanente programadas.
- e) FONTE DO TESOIRO NACIONAL são recursos provenientes da:
GESTÃO TESOIRO - Parcela de recursos previstos no OGU (Orçamento Geral da União) para os Órgãos da Administração Direta, sendo a principal Gestão desses Órgãos.
- f) FONTE PRÓPRIA – Recursos orçamentários e financeiros originários da arrecadação própria da UFPR.
- g) AÇÃO - Compreende o nível Máximo de agregação das metas de governo através da qual é alcançada a realização dos grandes projetos e atividades da Nação.
- h) DESPESAS CORRENTES – Representa encargo que não produz acréscimo patrimonial, respondendo assim, pela manutenção das atividades de cada Órgão/Entidade.
- i) DESPESAS DE CAPITAL – É a despesa que resulta no acréscimo do patrimônio do Órgão ou Entidade que a realiza, aumentando, dessa forma sua riqueza patrimonial.

7.2. ANEXO II – BALANÇOS E BALANCETE MENSAL

1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTARIO
ENTIDADE	26241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA

exercício	2006	mês	DEZEMBRO
emissão	31/12/2006	página	001

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	10.126.913,00	11.085.250,42	-958.337,42	CRÉDITO ORÇAMENTARIO SUPL	220.271.524,00	227.828.792,42	-7.557.268,42
RECEITA PATRIMONIAL	427.402,00	364.880,46	62.521,54	DESPESAS CORRENTES	220.267.226,00	218.841.021,55	14.426.194,45
RECEITA SERVIÇOS	9.082.882,00	8.323.846,94	759.035,06	PESSOAL E ENCARGOS SOC.	408.420.321,00	405.936.896,35	2.483.424,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	3.913.105,05	-3.913.105,05	OUTRAS DESPESAS CORRENT	32.088.985,00	27.902.125,20	4.186.859,80
OUTRAS REC CORRENTES	45.239,00	320.908,45	-275.669,45	DESPESAS DE CAPITAL	16.224.340,00	16.987.770,47	-7.553.430,47
				INVESTIMENTOS	17.774.340,00	16.330.270,47	1.444.069,53
				INVERSAOES FINANCEIRAS	450.000,00	437.500,00	12.500,00
SUBTOTAL (1)	10.126.913,00	11.085.250,42	-958.337,42	SUBTOTAL (1)	220.271.524,00	227.828.792,42	-7.557.268,42
MOVIMENTACAO FINANCEIRA				ADJORNAMENTO DE CREDITO			
REPASSE	403.268.770,00	382.577.525,42	20.691.244,58	CRÉDITO ORÇAMENTARIO SUPL	30.310.070,00	30.124.747,00	185.323,00
AUTORIZADO	332.882.121,00	304.284.914,82	28.597.206,18	DESPESAS CORRENTES	32.465.871,47	32.810.505,07	-344.633,60
DESCENTRALIZANDO	30.387.649,00	-11.917.400,00	42.305.049,00	PESSOAL E ENCARGOS SOC.	-8.000.263,00	0,00	-8.000.263,00
				OUTRAS DESPESAS CORRENT	22.465.607,47	32.810.505,07	-10.344.897,60
				DESPESAS DE CAPITAL	6.324.124,53	6.324.124,53	0,00
				INVESTIMENTOS	6.324.124,53	6.324.124,53	0,00
				RECURSOS EXTRAORDINARIOS	1.077.420,00	1.077.420,00	0,00
				DESPESAS CORRENTES	1.077.420,00	1.077.420,00	0,00
				OUTRAS DESPESAS CORRENT	1.077.420,00	1.077.420,00	0,00
SUBTOTAL (2)	833.289.770,00	882.377.525,42	-49.088.244,74	SUBTOTAL (2)	50.387.640,00	92.312.355,00	-41.924.715,00
TOTAL (1+2)	833.426.783,00	893.462.775,84	-60.035.992,84	TOTAL (1+2)	270.659.124,00	320.141.147,42	-49.482.023,42
DEFICIT TOTAL		34.578.420,34	-34.578.420,34	SUPERAVIT TOTAL			
TOTAL GERAL	833.426.783,00	893.462.775,84	-60.035.992,84	TOTAL GERAL	270.659.124,00	320.141.147,42	-49.482.023,42

2. BALANÇO FINANCEIRO


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO
ENTIDADE	26241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

 exercício
 2006

 mês
 DEZEMBRO

 mês
 31/12/2006

 página
 001

INGRESSOS			DESPÊSAS		
TÍTULOS	2006	2005	TÍTULOS	2006	2005
RECEITAS CORRENTES	11.085.203,32	8.887.873,06	DESPESAS CORRENTES	670.726.288,62	488.346.024,64
RECEITA PATRIMONIAL	268.475,80	324.267,42	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	428.145.941,49	328.376.237,74
RECEITA DE SERVIÇOS	8.860.879,75	3.473.374,03	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	125.276.807,78	128.889.785,80
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	3.395.745,85	4.465.737,85	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	16.428,95	15.887,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	221.618,05	144.443,67	OUTRAS DESPESAS	103.877.020,35	128.689.028,85
ORÇAMENTOS DA RECEITA	422.895,95	21.256,21			
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	872.484.351,72	593.268.088,50	DESPESA ENTRE ORÇAMENTOS DO ORÇAMENTO	80.382.565,14	0,00
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTARIAS	471.245.735,31	593.268.088,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	58.779.712,08	0,00
REPASSE RECEBIDO	884.284.844,42	626.265.682,57	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.585.853,06	0,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	76.241.612,82	80.275.415,21	DESPESAS DE CAPITAL	17.261.608,38	18.168.277,41
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	76.241.612,82	80.275.415,21	INVESTIMENTOS	16.254.428,28	18.168.277,41
VALORES DEFERIDOS - BACIA	779.283,47	779.283,47	INVERSOES FINANCEIRAS	437.000,00	0,00
VALORES DEFERIDOS - INSCRIÇÃO	353,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	10.781.948,18	132.385.425,87
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	1.155.155,01	0,00	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTARIAS	86.288.328,38	132.281.028,90
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	1.155.155,01	0,00	SUB-REPASSE CONCEDIDO	76.241.612,82	80.275.415,21
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	130.258.724,34	88.468.168,34	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	76.241.612,82	80.275.415,21
VALORES EM CIRCULAÇÃO	27.055.225,00	18.525.778,08	VALORES DEFERIDOS - BACIA	779.283,47	779.283,47
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	26.682.088,38	17.265.245,00	VALORES DEFERIDOS - INSCRIÇÃO	11.917.882,80	7.751.028,84
CREDITOS TRIBUTARIOS	1.787,15	1.787,15	REPASSES PROVISORIOS CONCEDIDOS - RPPS	0,00	43.385.088,00
RECURSOS DA UNIAO	125.075,02	223.518,50	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	1.562.718,79	1.422,97
RECURSOS VINCULADOS	25.488,00	765.088,24	ORÇAMENTO DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	5.000,00	0,00
VALORES A CLASSIFICAR	8.469.522,38	4.321.128,49	GENERAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	5.000,00	0,00
RECEITA A CLASSIFICAR	8.469.522,38	4.321.128,49	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	1.057.718,79	1.422,97
RECEITAS REALIZAVELIS NO EXERCÍCIO SEGUINTE	8.469.522,38	4.321.128,49	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	88.422.882,28	56.582.142,28
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	12.687.288,57	8.718.488,49	VALORES EM CIRCULAÇÃO	42.935.725,04	27.184.882,72
VALORES DEFERIDOS	12.687.288,57	8.718.488,49	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	42.206.832,30	26.888.088,38
DEPOSITOS	0,00	15.021,03	CREDITOS TRIBUTARIOS	1.787,15	1.787,15
CONSIGNAÇÕES	0,00	15.021,03	RECURSOS DA UNIAO	223.518,50	242.252,28
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	25.484.618,29	25.488.424,18	RECURSOS VINCULADOS	25.488,00	25.488,00
FORNECEDORES	4.257.622,23	6.028.122,14	VALORES A CLASSIFICAR	4.321.128,49	779.622,54
DE EXERCÍCIO ANTERIORES	3.393.028,11	6.028.122,14	RECEITA A CLASSIFICAR	4.321.128,49	779.622,54
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.548,12	0,00	RECEITAS REALIZAVELIS NO EXERCÍCIO SEGUINTE	4.321.128,49	779.622,54
CONVÊNIOS A PAGAR	889.247,00	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	7.751.948,54	3.985.022,30
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	4.012.018,54	4.012.018,54	VALORES DEFERIDOS	7.751.948,54	3.985.022,30


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO
ENTIDADE	26241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

 exercício
 2006

 mês
 DEZEMBRO

 mês
 31/12/2006

 página
 002

INGRESSOS			DESPÊSAS		
TÍTULOS	2006	2005	TÍTULOS	2006	2005
RECEITAS A PAGAR	25.228.328,67	9.705.142,70	DEPOSITOS	15.021,03	0,00
NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	32.419.905,38	9.620.218,19	CONSIGNAÇÕES	15.021,03	0,00
CANCELADO	795.425,38	114.923,51	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	25.484.488,47	19.404.883,88
VALORES EM TRANSITO	1.428,83	0,00	FORNECEDORES	6.028.122,14	6.108.047,32
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERÊNCIA	10.022,00	0,00	DE EXERCÍCIO ANTERIORES	6.028.122,14	6.108.047,32
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1.277.782,14	3.211.782,14	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	4.012.018,54	4.012.018,54
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.624.419,38	913.385,00	RPS NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	8.588.218,19	2.482.884,20
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	659.582,28	1.422,97	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERÊNCIA	0,00	182.028,00
RESTITUIÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS	689.582,28	1.422,97	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	3.211.782,14	4.212.028,45
AJUSTES DE DÍREITOS E OBRIGAÇÕES	46.282.514,74	31.143.244,32	OUTRAS OBRIGAÇÕES	413.385,00	511.583,07
INCORPORAÇÃO DE DÍREITOS	34.671.323,14	24.684.445,31	AJUSTES DE DÍREITOS E OBRIGAÇÕES	18.485.442,21	13.228.284,04
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	34.681.223,14	24.684.445,31	BAIXA DE DÍREITOS	6.522.543,40	6.522.888,81
DE INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	3.328.478,63	4.028.988,20	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	6.482.242,80	6.522.888,81
EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.193,00	11.193,00	INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	1.281.825,35	3.211.782,14
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	3.398.782,14	4.482.328,45	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	1.277.782,28	3.211.782,14
AJUSTES DE CREDITOS	6.471.101,97	1.947.944,38	OUTRAS INCORPORAÇÕES DE OBRIGAÇÕES	4.000,00	0,00
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	6.471.101,97	1.947.944,38	AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	128.074,15	3.476.824,09
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANT.	4.179.013,94	3.773.745,14	AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	128.074,15	3.476.824,09
CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL	2.615.548,00	783.945,19	DISPONIBILIDADE DO PERÍODO DE	10.325.687,66	4.179.013,94
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.385.487,95	2.989.804,95	CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL	6.686.103,71	2.845.548,00
TOTAL INGRESSOS	885.628.585,40	728.428.885,54	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.625.282,37	1.385.487,95
			TOTAL DESPESAS	885.628.585,40	728.428.885,54

3. BALANÇO PATRIMONIAL



TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL
ENTIDADE	28241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EXERCÍCIO	MÊS
2006	DEZEMBRO
EMIÇÃO	PÁGINA
31/12/2006	001

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2006	2005	TÍTULOS	2006	2005
ATIVO FINANCEIRO	58.586.914,08	51.088.588,87	PASSIVO FINANCEIRO	58.745.027,35	55.966.579,85
DISPONÍVEL	18.323.887,58	4.178.013,94	DEPÓSITOS	185.475,95	285.140,12
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	10.323.887,58	4.178.013,94	CONSIGNAÇÕES	0,00	15.401,08
CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	42.263.026,50	26.910.574,93	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	185.475,95	285.140,12
CREDITOS A RECEBER	32.753.543,59	10.051.707,46	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	44.688.743,36	38.155.497,59
LIMITE DE SAQUE CARNO DE PAGAMENTO	5.239.797,28	2.574.035,85	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	10.894.083,23	10.302.518,54
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	14.204.302,31	14.285.152,40	FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO	5.568.898,11	6.028.103,14
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	25.485,00	25.485,00	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	1.546,12	0,00
ATIVO NÃO FINANCEIRO	186.378.046,30	142.038.159,82	PRECATÓRIOS	4.032.078,84	4.912.078,84
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	17.774.502,60	15.245.588,70	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	2.424.416,58	592.518,55
CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	5.827.719,08	4.001.114,18	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	32.410.805,58	9.500.218,19
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	1.278.855,34	1.278.085,94	A LIQUIDAR	22.410.505,58	9.500.218,19
ADAVANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.250.825,49	3.023.038,84	VALORES EM TRANSITO EXIGÍVEIS	1.488,88	0,00
RENTS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	12.248.803,57	10.940.485,52	RECURSOS ESPECIAIS A LIQUIDAR/TRANSFERENCIA	16.033,00	0,00
ESTOQUES	12.248.803,00	10.942.484,95	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1.577.782,36	0.311.782,14
TÍTULOS E VALORES	0,57	0,57	RECEITAS REALIZÁVEIS NO EXERCÍCIO SEQUENTE	0.600.592,58	4.101.198,69
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	14.352.180,42	0.416.185,94	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	11.012.488,00	8.071.801,67
VALORES DIFERIDOS	588,20	739.388,87	REPASSE RECEBIDO DIFERIDO	11.917.088,00	6.071.801,67
BENEFÍCIOS A INCORP. POR INC. RP	14.351.602,82	5.686.581,87	PASSIVO NÃO FINANCEIRO	718.608,81	1.407.280,88
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12.426,67	11.685,28	VALORES PENDENTES A LONGO PRAZO	588,00	739.388,87
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	10.604,74	11.685,20	VALORES DIFERIDOS	888,00	739.388,87
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	12.426,74	11.685,20	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	718.018,94	718.018,94
CREDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	1,58	1,58	OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	718.018,94	718.018,94
CREDITOS A RECEBER	1,58	1,58	OBRIGAÇÕES A PAGAR	718.018,94	718.018,94
PERMANENTE	134.158.703,61	120.854.481,85	PASSIVO REAL	37.481.428,14	36.362.050,59
IMOBILIZADO	134.107.750,59	120.595.728,53	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	181.404.331,10	158.351.495,69
RENTS MOVEIS E IMOVEIS	134.107.740,20	120.595.704,14	PATRIMÔNIO CAPITAL	35.915.012,32	35.915.012,32
RENTS INTANGÍVEIS	4,39	4,39	RESERVAS	30.075,38	30.075,38
DIFERIDO	48.555,82	48.555,82	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	135.555.814,88	100.327.121,25
ATIVO REAL	218.682.989,33	173.134.485,40	PASSIVO COMPENSAÇÃO	315.302.138,80	302.911.599,15
ATIVO COMPENSAÇÃO	315.302.139,80	302.911.599,15	CONFERÊNCIAS PASSIVAS DIVERSAS	315.302.138,80	302.911.599,15
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	315.302.139,80	302.911.599,15			



TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL
ENTIDADE	28241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EXERCÍCIO	MÊS
2006	DEZEMBRO
EMIÇÃO	PÁGINA
31/12/2006	002

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2006	2005	TÍTULOS	2006	2005
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E BENEFÍCIOS	4.830.315,65	4.830.425,32	VALORES, TÍTULOS E BENEFÍCIOS RESPONSABILIDADE	4.830.315,65	4.830.425,32
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENCIONADAS	387.186.821,02	251.648.591,87	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENCIONADAS	387.186.821,02	251.648.591,87
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	48.273.684,22	28.604.238,48	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	48.273.684,22	28.604.238,48
OUTRAS COMPENSAÇÕES	0,00	10.136.073,88	COMPENSAÇÕES DIVERSAS	0,00	10.136.073,88
TOTAL ATIVO	394.186.599,22	495.025.894,94	TOTAL PASSIVO	394.186.599,22	495.025.894,94

NOTA: ESTE BALANÇO ESTÁ ESTRUTURADO DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA O SETOR PÚBLICO - NICSP 01

ORGAO : 26241 SUPERIOR: N
 SUBORGAO : _____
 TIPO DE ADMINISTRACAO: _____
 UNIDADE GESTORA : _____ (_) COMO SETORIAL
 GESTAO : 15232
 TOTAIS POR CLASSE : N
 MES : DEZ
 CONTA CONTABIL : 1000000000 NIVEL DE DESDOBRAMENTO: 7 ESCRITURACAO : N
 CONTA CORRENTE : _____
 AMPLITUDE : 4

DEMONSTRACAO

(1) 1.POR CONTA CONTABIL 2.POR CONTA CORRENTE

(1) 1.ATE O MES 2.NO MES

(2) 1.SALDO E MOVIMENTO 2.SOMENTE SALDOS

MOSTRAR SALDOS

(1) 1.DIFERENTE DE ZERO 2.SOMENTE INVERTIDOS 3.TODOS

SALDO ATUAL R\$

-----GLOBAL(PAIS + EXTERIOR) EM REAL

1.0.0.0.0.00.00	ATIVO	3.645.134.817,27 D
1.1.0.0.0.00.00	ATIVO CIRCULANTE	84.693.629,05 D
1.1.1.0.0.00.00	DISPONIVEL	10.323.697,98 D
1.1.1.1.0.00.00	DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	10.323.697,98 D
1.1.1.1.2.00.00	BANCOS CONTA MOVIMENTO	6.698.105,71 D
1.1.1.1.2.01.00	CONTA UNICA DO TESOUREO NACIONAL	6.698.105,71 D
1.1.1.1.2.01.22	RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	6.698.105,71 D
1.1.1.1.3.00.00	APLICACOES FINANCEIRAS	3.625.592,27 D
1.1.1.1.3.07.00	POUPANCAS	3.625.592,27 D
1.1.2.0.0.00.00	CREDITOS EM CIRCULACAO	47.790.935,08 D
1.1.2.1.0.00.00	CREDITOS A RECEBER	42.237.730,05 D
1.1.2.1.5.00.00	CREDITOS TRIBUTARIOS	1.797,15 D
1.1.2.1.5.10.00	IMPOSTOS E CONTRIBUICOES DIVERSOS	1.797,15 D
1.1.2.1.6.00.00	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	42.235.932,90 D
1.1.2.1.6.01.00	RECURSOS A RECEBER POR TRANSFERENC	22.751.743,41 D
1.1.2.1.6.04.00	LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE	5.259.797,28 D
1.1.2.1.6.22.00	RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO	14.224.392,21 D
1.1.2.2.0.00.00	DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	1.276.895,34 D
1.1.2.2.9.00.00	DIVERSOS RESPONSAVEIS - APURADOS	1.276.895,34 D
1.1.2.2.9.04.00	DEBITOS DE TERCEIROS EM PREST. SER	1.276.895,34 D
1.1.2.4.0.00.00	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.250.823,69 D
1.1.2.4.2.00.00	ADIANTAMENTOS A PESSOAL	4.250.823,69 D
1.1.2.4.2.01.00	13 SALARIO - ADIANTAMENTO	3.833.055,37 D
1.1.2.4.2.02.00	FERIAS - ADIANTAMENTO	417.768,32 D
1.1.2.5.0.00.00	DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZ	25.486,00 D
1.1.2.5.1.00.00	RECURSOS VINCULADOS	25.486,00 D
1.1.2.5.1.08.00	DEPOSITOS TRANSFERIDOS	25.486,00 D
1.1.3.0.0.00.00	BENS E VALORES EM CIRCULACAO	12.246.803,57 D
1.1.3.1.0.00.00	ESTOQUES	12.246.803,00 D
1.1.3.1.8.00.00	ESTOQUES INTERNOS - ALMOXARIFADO	9.631.281,13 D
1.1.3.1.8.01.00	MATERIAL DE CONSUMO	9.631.281,13 D
1.1.3.1.9.00.00	ESTOQUES DIVERSOS	2.615.521,87 D
1.1.3.1.9.98.00	ESTOQUE A INCORPORAR PELA INSC. RP	2.615.521,87 D
1.1.3.2.0.00.00	TITULOS E VALORES	0,57 D
1.1.3.2.2.00.00	VALORES	0,57 D
1.1.3.2.2.01.00	DIREITOS SOBRE CONCESSOES	0,57 D
1.1.4.0.0.00.00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	14.332.192,42 D
1.1.4.1.0.00.00	CUSTOS E DESPESAS PAGOS ANTECIPADA	14.331.608,52 D
1.1.4.1.3.00.00	BENS/DIREITOS A INCORP.POR INSC.RP	14.331.608,52 D
1.1.4.2.0.00.00	VALORES DIFERIDOS	583,90 D
1.1.4.2.4.00.00	SUB-REPASSE CONCEDIDO DIFERIDO	583,90 D
1.2.0.0.0.00.00	ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	12.626,67 D

1.2.1.0.0.00.00	DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZ	12.624,74 D
1.2.1.1.0.00.00	DEPOSITOS COMPULSORIOS	12.624,74 D
1.2.1.1.2.00.00	VEICULOS	12.624,74 D
1.2.2.0.0.00.00	CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	1,93 D
1.2.2.5.0.00.00	TITULOS E VALORES	1,93 D
1.2.2.5.2.00.00	DIREITOS SOBRE CONCESSOES	1,93 D
1.4.0.0.0.00.00	ATIVO PERMANENTE	134.156.703,61 D
1.4.2.0.0.00.00	IMOBILIZADO	134.107.750,59 D
1.4.2.1.0.00.00	BENS MOVEIS E IMOVEIS	134.107.746,20 D
1.4.2.1.1.00.00	BENS IMOVEIS	47.866.043,31 D
1.4.2.1.1.01.00	EDIFICIOS	18.878.537,22 D
1.4.2.1.1.02.00	GLEBAS E FAZENDAS	57.717,03 D
1.4.2.1.1.03.00	TERRENOS	178.862,99 D
1.4.2.1.1.06.00	SALAS E ESCRITORIOS	1.470,00 D
1.4.2.1.1.07.00	CASAS E APARTAMENTOS	627.504,81 D
1.4.2.1.1.10.00	IMOVEIS DE USO ESPECIAL	12.450.339,31 D
1.4.2.1.1.10.02	EDIFICIOS	4.125.777,71 D
1.4.2.1.1.10.03	TERRENOS/GLEBAS	295.144,06 D
1.4.2.1.1.10.07	IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL	7.882.257,03 D
1.4.2.1.1.10.16	HOSPITAIS	147.160,51 D
1.4.2.1.1.80.00	ESTUDOS E PROJETOS	1.022.903,47 D
1.4.2.1.1.91.00	OBRAS EM ANDAMENTO	11.134.933,69 D
1.4.2.1.1.92.00	INSTALACOES	3.304.427,12 D
1.4.2.1.1.99.00	OUTROS BENS IMOVEIS	209.347,67 D
1.4.2.1.2.00.00	BENS MOVEIS	86.241.702,89 D
1.4.2.1.2.04.00	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	3.538.427,31 D
1.4.2.1.2.06.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNI	977.139,02 D
1.4.2.1.2.08.00	APAR.,EQUIP.E UTENS.MED.,ODONT.,LA	30.979.954,87 D
1.4.2.1.2.10.00	APARELHOS E EQUIP. P/ESPORTES E DI	502.597,09 D
1.4.2.1.2.12.00	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	1.046.821,51 D
1.4.2.1.2.14.00	ARMAMENTOS	20,02 D
1.4.2.1.2.16.00	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	2.122,46 D
1.4.2.1.2.18.00	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICO	14.985,89 D
1.4.2.1.2.20.00	EMBARCACOES	51.621,84 D
1.4.2.1.2.22.00	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULH	34.427,00 D
1.4.2.1.2.24.00	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA	228.766,46 D
1.4.2.1.2.26.00	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	19.966,09 D
1.4.2.1.2.28.00	MAQUINAS E EQUIPAM. DE NATUREZA	566.618,28 D
1.4.2.1.2.30.00	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICO	730.537,33 D
1.4.2.1.2.32.00	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	2.376.616,13 D
1.4.2.1.2.33.00	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E F	3.169.193,23 D
1.4.2.1.2.34.00	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENT	1.044.698,40 D
1.4.2.1.2.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE	16.718.063,27 D
1.4.2.1.2.36.00	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE	186.125,42 D
1.4.2.1.2.38.00	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS	210.558,94 D
1.4.2.1.2.39.00	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRIC	151.963,71 D
1.4.2.1.2.40.00	MAQ.EQUIP.UTENSILIOS AGRI/AGROP.E	259.865,29 D
1.4.2.1.2.42.00	MOBILIARIO EM GERAL	4.193.911,83 D
1.4.2.1.2.44.00	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSIC	13.639,54 D
1.4.2.1.2.48.00	VEICULOS DIVERSOS	71.277,23 D
1.4.2.1.2.51.00	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	377.652,56 D
1.4.2.1.2.52.00	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	2.436.687,83 D
1.4.2.1.2.57.00	ACESSORIOS PARA AUTOMOVEIS	24.518,60 D
1.4.2.1.2.58.00	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAME	6.800,00 D
1.4.2.1.2.60.00	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS M	22.416,60 D
1.4.2.1.2.87.00	MATERIAL DE USO DURADOURO	6.340.302,28 D
1.4.2.1.2.92.00	BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO	9.922.683,32 D
1.4.2.1.2.92.01	ESTOQUE INTERNO	9.922.683,32 D
1.4.2.1.2.99.00	OUTROS BENS MOVEIS	20.723,54 D
1.4.2.3.0.00.00	BENS INTANGIVEIS	4,39 D
1.4.2.3.6.00.00	CONCESSAO DIR. USO COMUNICACAO E D	4,39 D

1.4.3.0.0.00.00	DIFERIDO	48.953,02	D
1.4.3.3.0.00.00	PROJETOS E SOFTWARES	48.953,02	D
1.9.0.0.0.00.00	ATIVO COMPENSADO	3.426.271.857,94	D
1.9.1.0.0.00.00	EXECUCAO ORCAMENTARIA DA RECEITA	10.136.013,00	D
1.9.1.1.0.00.00	ARRECADACAO ORCAMENTARIA - NAT. DA	10.136.013,00	D
1.9.1.1.1.00.00	RECEITA A REALIZAR	929.237,82	C
1.9.1.1.4.00.00	RECEITA REALIZADA	11.065.250,82	D
1.9.1.2.1.01.00	ARRECADACAO REALIZADA POR FONTE	11.065.250,82	D
1.9.1.2.1.99.00	OUTRAS ARRECADACOES	11.065.250,82	C
1.9.2.0.0.00.00	FIXACAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	3.075.049.743,48	D
1.9.2.1.0.00.00	DOTACAO ORCAMENTARIA	550.511.576,00	D
1.9.2.1.1.00.00	DOTACAO INICIAL	552.508.688,00	D
1.9.2.1.1.01.00	CREDITO INICIAL	476.147.885,00	D
1.9.2.1.1.01.01	ORIGINARIO DO OGU	476.147.885,00	D
1.9.2.1.1.03.00	CREDITO INICIAL - SUPLEMENTAR	76.360.803,00	D
1.9.2.1.1.03.01	ORIGINARIO DO OGU	76.360.803,00	D
1.9.2.1.7.01.00	DOTACAO INICIAL	476.147.885,00	D
1.9.2.1.7.03.00	DOTACAO POR EXCESSO DE ARRECADACAO	7.493.442,00	D
1.9.2.1.7.04.00	DOTACAO POR CANCELAMENTO/REMANEJAM	68.867.361,00	D
1.9.2.1.7.09.00	CANCELAMENTO DE DOTACOES	1.997.112,00	C
1.9.2.1.7.99.00	OUTRAS DOTACOES	550.511.576,00	C
1.9.2.1.9.00.00	DOTACAO CANCELADA/REMANEJADA	1.997.112,00	C
1.9.2.1.9.01.01	ACRESCIMO	687.329.635,44	D
1.9.2.1.9.01.09	REDUCAO	687.329.635,44	C
1.9.2.1.9.02.00	ALTERACAO DA LEI ORCAMENTARIA	1.997.112,00	C
1.9.2.1.9.02.09	REDUCAO	1.997.112,00	C
1.9.2.2.0.00.00	MOVIMENTO DE CREDITOS	179.329.091,95	D
1.9.2.2.1.00.00	DESCENTRALIZACAO EXTERNA DE CREDIT	100.212.386,56	D
1.9.2.2.1.01.00	ADMINISTRACAO DIRETA	238.028,80	D
1.9.2.2.1.01.01	CREDITOS RECEBIDOS	238.028,80	D
1.9.2.2.1.02.00	ADMINISTRACAO INDIRETA	99.974.357,76	D
1.9.2.2.1.02.01	CREDITOS RECEBIDOS	99.985.808,42	D
1.9.2.2.1.02.02	CREDITOS TRANSFERIDOS	11.450,66	C
1.9.2.2.1.09.01	ACRESCIMO	61.625.585,31	D
1.9.2.2.1.09.09	REDUCAO	61.625.585,31	C
1.9.2.2.2.00.00	DESCENTRALIZACAO INTERNA DE CREDIT	79.116.705,39	D
1.9.2.2.2.01.00	PROVISAO RECEBIDA	79.116.705,39	D
1.9.2.3.0.00.00	DETALHAMENTO DE CREDITO	2.345.209.075,53	D
1.9.2.3.1.00.00	CREDITOS A DETALHAR	2.345.209.075,53	D
1.9.2.4.1.01.00	EMPENHOS POR NOTA DE EMPENHO	628.021.178,98	D
1.9.2.4.1.01.01	EMISSAO DE EMPENHOS	622.518.654,38	D
1.9.2.4.1.01.02	REFORCO DE EMPENHOS	128.107.290,66	D
1.9.2.4.1.01.09	ANULACAO DE EMPENHO	122.604.766,06	C
1.9.2.4.1.02.00	EMPENHOS POR MODALIDADE DE LICITAC	628.021.178,98	D
1.9.2.4.1.02.02	CONVITE	3.067.505,53	D
1.9.2.4.1.02.03	TOMADA DE PRECOS	2.220.912,22	D
1.9.2.4.1.02.04	CONCORRENCIA	12.794.468,64	D
1.9.2.4.1.02.06	DISPENSA DE LICITACAO	45.355.484,48	D
1.9.2.4.1.02.07	LICITACAO INEXIGIVEL	16.859.762,47	D
1.9.2.4.1.02.08	NAO APLICAVEL	509.673.507,67	D
1.9.2.4.1.02.09	SUPRIMENTOS DE FUNDOS	264.029,41	D
1.9.2.4.1.02.12	PREGAO	37.785.508,56	D
1.9.2.4.1.04.00	EMPENHOS POR CREDOR	628.021.178,98	D
1.9.2.4.1.04.01	VALORES COMPROMETIDOS	628.021.178,98	D
1.9.2.4.1.05.01	EMPENHOS A LIQUIDAR INSCRITOS EM R	9.590.218,19	D
1.9.2.4.1.05.05	RESTOS A PAGAR INSCRITOS	22.070.443,82	D
1.9.2.4.1.05.99	OUTRAS INSCRICOES DE RESTOS A PAGA	31.660.662,01	C
1.9.2.4.1.99.00	OUTROS EMPENHOS POR EMISSAO	1.884.063.536,94	C
1.9.2.4.3.01.00	GASTOS REALIZADOS	169.092.520,23	D
1.9.2.4.3.99.00	OUTROS GASTOS	169.092.520,23	C
1.9.2.5.1.01.00	PROJ.INICIAL DA LEI ORCAMENT.C/ IN	469.691.393,00	D

1.9.2.5.1.02.00	PROJ.FINAL DA LEI ORCAMENT.C/ INDI	476.147.885,00	D
1.9.2.5.1.99.00	OUTROS PLOA	945.839.278,00	C
1.9.2.5.2.01.00	PROJ.INICIAL DA LEI ORCAMENT.S/ IN	469.691.393,00	D
1.9.2.5.2.02.00	PROJ.FINAL DA LEI ORCAMENT.S/ INDI	476.147.885,00	D
1.9.2.5.2.99.00	OUTROS PLOA	945.839.278,00	C
1.9.3.0.0.00.00	EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	5.085.334,15	C
1.9.3.1.1.03.07	COTA FINANCEIRA DE DARF EMITIDO	1.849.301,63	D
1.9.3.1.1.03.16	COTA FINANCEIRA DE DAR EMITIDO	171.459,02	D
1.9.3.1.1.03.19	COTA FINANCEIRA DE GRU EMITIDA.	19.264,70	D
1.9.3.1.1.03.99	DIVERSAS COTAS FINANCEIRAS	2.040.025,35	C
1.9.3.1.1.06.03	COTA DE LIMITE ORCAMENTARIO TRANSF	71.003.620,29	D
1.9.3.1.1.06.05	COTA LIM. ORC. TRANSFERIDA - ENCERRA	3.000.000,00	D
1.9.3.1.1.06.06	COTA DE LIM. ORC. ANULADA PELA UG D	2.065.377,72	D
1.9.3.1.1.06.07	COTA DE LIM. ORC. ANULADA DESC. INTE	117.739,95	D
1.9.3.1.1.06.09	COTA DE LIM. ORCAMEN. RECEBIDA - ENCE	28.602,41	D
1.9.3.1.1.06.10	COTA DE LIMITE ORCAMEN. UTILIZADA-E	3.363.162,93	D
1.9.3.1.1.06.99	DIVERSAS COTAS DE LIMITE ORCAMENTA	79.578.503,30	C
1.9.3.1.2.02.07	CONTRIBUINTES BENEFICIADOS	1.713.716,85	D
1.9.3.1.2.02.99	OUTRAS COTAS DE RESTITUICAO/SRF	1.713.716,85	C
1.9.3.1.2.04.12	COTA DE RESTITUICAO RECEBIDA	669.560,28	D
1.9.3.1.2.04.99	OUTRAS COTAS DE RESTITUICAO	669.560,28	C
1.9.3.2.0.00.00	DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	5.085.334,15	C
1.9.3.2.1.05.01	DARF A EMITIR	99.625,12	D
1.9.3.2.1.05.02	DARF EMITIDO	42.852.369,41	D
1.9.3.2.1.05.99	OUTROS DARF'S	42.951.994,53	C
1.9.3.2.1.06.01	GPS A EMITIR	30.557,34	D
1.9.3.2.1.06.03	GPS EMITIDA	3.875.705,83	D
1.9.3.2.1.06.99	OUTRAS GPS	3.906.263,17	C
1.9.3.2.1.07.01	PAGAMENTOS EFETUADOS	485.918.485,39	D
1.9.3.2.1.07.99	OUTROS PAGAMENTOS	485.918.485,39	C
1.9.3.2.1.08.01	DAR A EMITIR	5.693,49	D
1.9.3.2.1.08.03	DAR ISS SUBSTITUICAO EMITIDO	552.192,37	D
1.9.3.2.1.08.99	OUTROS DAR'S	557.885,86	C
1.9.3.2.1.11.02	GRU EMITIDA	87.012.992,81	D
1.9.3.2.1.11.99	OUTROS VALORES DE GRU	87.012.992,81	C
1.9.3.2.9.00.00	OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRA	5.085.334,15	C
1.9.3.2.9.02.00	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECU	5.085.334,15	C
1.9.3.2.9.04.01	LIMITE DE RESTOS A PAGAR - CONCEDI	1.377.762,36	D
1.9.3.2.9.04.99	OUTRAS DISPONIBILIDADES DE RP - CO	1.377.762,36	C
1.9.3.2.9.05.01	LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBID	14.224.392,21	D
1.9.3.2.9.05.99	OUTRAS DISPONIBILIDADES DE RP - RE	14.224.392,21	C
1.9.3.2.9.07.01	DISPONIBILIDADE REPASSE DIFERIDO R	11.917.409,00	D
1.9.3.2.9.07.99	OUTRAS DISPONIBILIDADES REPASSE DI	11.917.409,00	C
1.9.3.2.9.09.02	CONTROLE APLICACAO FINANCEIRA CTU	6.698.105,71	D
1.9.3.2.9.09.99	OUTROS CONTROLES POR FONTE APLICAF	6.698.105,71	C
1.9.3.5.1.06.00	RECOLHIMENTO LIQUIDO P/ COD. RECOL	14.013.601,14	D
1.9.3.5.1.06.01	RECOLHIMENTO DO PRINCIPAL P/ COD.R	14.010.365,13	D
1.9.3.5.1.06.02	RECOLHIMENTO DE MULTA/MORA/JUROS	2.095,18	D
1.9.3.5.1.06.03	RECOLHIMENTO OUTROS ACRÉSCIMOS	18,13	D
1.9.3.5.1.06.04	RECOLHIMENTO JUROS E ENCARGOS	1.316,45	D
1.9.3.5.1.06.90	DESCONTOS E ABATIMENTOS DO RECOLHI	193,75	C
1.9.3.5.1.10.00	RETIFICACOES DO RECOLHIMENTO - POR	911.768,84	D
1.9.3.5.1.10.01	RETIFICACOES DO PRINCIPAL	455.884,42	D
1.9.3.5.1.10.08	RA RETIFICADAS (NUMERO DA RA)	455.884,42	D
1.9.3.5.1.99.00	OUTROS RECURSOS	14.925.369,98	C
1.9.3.5.2.05.00	RECOLHIMENTO LIQUIDO P/CODIGO DEST	14.012.411,01	D
1.9.3.5.2.05.01	RECOLHIMENTO PRINC. POR CODIGO DEST	14.009.175,00	D
1.9.3.5.2.05.02	RECOLHIMENTO MULTA/MORA/JUROS	2.095,18	D
1.9.3.5.2.05.03	RECOLHIMENTO OUTROS ACRÉSCIMOS	1.163,72	D
1.9.3.5.2.05.04	RECOLHIMENTO JUROS/ENCARGOS	170,86	D
1.9.3.5.2.05.90	DESCONTOS E ABATIMENTOS DO RECOLHI	193,75	C

1.9.3.5.2.06.00	RECOLHIMENTO LIQUIDO POR CODIGO DE	14.012.411,01 D
1.9.3.5.2.06.01	RECOLHIMENTO PRINC.P/ COD. DESTINA	14.009.175,00 D
1.9.3.5.2.06.02	RECOLHIMENTO MULTA/MORA/JUROS	2.095,18 D
1.9.3.5.2.06.03	RECOLHIMENTO OUTROS ACRÉSCIMOS	1.163,72 D
1.9.3.5.2.06.04	RECOLHIMENTO JUROS/ENCARGOS	170,86 D
1.9.3.5.2.06.90	DESCONTOS E ABATIMENTOS DO RECOLHI	193,75 C
1.9.3.5.2.10.00	RETIFICACAO POR CODIGO DE DESTINAC	455.884,42 D
1.9.3.5.2.10.01	RETIFICACOES DO PRINCIPAL	455.884,42 D
1.9.3.5.2.11.00	RETIFICACOES LIQ. P/COD. DESTINACA	455.884,42 D
1.9.3.5.2.11.01	RETIF. REC. PRINC. P/ CODIGO DESTIN	455.884,42 D
1.9.3.5.2.99.00	OUTROS RECURSOS DE RECEITAS VINCUL	28.936.590,86 C
1.9.5.0.0.00.00	EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	30.869.304,72 D
1.9.5.1.0.00.00	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	9.590.218,19 D
1.9.5.8.0.00.00	RESTOS A PAGAR DO EXERCICIO	22.070.443,82 D
1.9.5.8.1.00.00	RESTOS A PAGAR POR EMPENHO	22.070.443,82 D
1.9.5.9.0.00.00	CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	791.357,29 C
1.9.5.9.2.00.00	OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	791.357,29 C
1.9.9.0.0.00.00	COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	315.302.130,89 D
1.9.9.1.0.00.00	RESPONSABILIDADES POR VALORES, TIT	4.839.315,65 D
1.9.9.1.2.00.00	RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS	4.839.315,65 D
1.9.9.1.2.13.00	CESSAO DE USO - BENS RECEBIDOS	20.000,01 D
1.9.9.1.2.16.00	COMODATO DE BENS - RECEBIDOS	4.819.315,64 D
1.9.9.6.0.00.00	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	267.188.821,02 D
1.9.9.6.1.00.00	ENTRADA DE RECURSOS	253.000.443,80 D
1.9.9.6.1.01.01	VALOR FIRMADO	253.000.443,80 D
1.9.9.6.1.01.99	OUTROS VALORES FIRMANDOS	253.000.443,80 C
1.9.9.6.1.03.00	A RECEBER	19.158.747,26 D
1.9.9.6.1.04.00	A COMPROVAR	22.247.356,39 D
1.9.9.6.1.05.00	A APROVAR	15.587.202,20 D
1.9.9.6.1.06.00	APROVADO	156.636.969,46 D
1.9.9.6.1.07.00	HOMOLOGADO	27.697.124,88 D
1.9.9.6.1.09.00	INADIMPLENCIA	0,14 D
1.9.9.6.1.09.02	SUSPENSA	0,14 D
1.9.9.6.1.13.00	CANCELADO	2.000.000,00 D
1.9.9.6.1.14.00	VALOR NAO RECEBIDO	9.673.043,47 D
1.9.9.6.2.00.00	SAIDA DE RECURSOS	14.188.377,22 D
1.9.9.6.2.01.01	VALOR FIRMADO	14.188.377,22 D
1.9.9.6.2.01.99	OUTROS VALORES FIRMADOS	14.188.377,22 C
1.9.9.6.2.03.00	A LIBERAR	12.269.118,57 D
1.9.9.6.2.04.00	A COMPROVAR	1.566.300,80 D
1.9.9.6.2.07.00	HOMOLOGADO	352.957,85 D
1.9.9.7.0.00.00	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	43.273.994,22 D
1.9.9.7.1.00.00	DE TERCEIROS	1.715.671,95 D
1.9.9.7.1.02.00	CONTRATOS DE SERVICOS	1.438.051,95 D
1.9.9.7.1.04.00	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	277.620,00 D
1.9.9.7.2.00.00	COM TERCEIROS	41.558.322,27 D
1.9.9.7.2.02.00	CONTRATOS DE SERVICOS	15.450.954,23 D
1.9.9.7.2.03.00	CONTRATOS DE ALUGUEIS	134.778,85 D
1.9.9.7.2.04.00	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	10.946.543,11 D
1.9.9.7.2.14.00	CONTRATOS DE REPASSE FIRMADOS	10.621.365,37 D
1.9.9.7.2.14.01	VALOR FIRMADO	10.621.365,37 D
1.9.9.7.2.14.03	A LIBERAR	10.621.365,37 D
1.9.9.7.2.14.99	OUTROS CONTRATOS DE REPASSE	10.621.365,37 C
1.9.9.7.2.20.00	CONTRATO DE GESTAO	4.354.744,71 D
1.9.9.7.2.20.01	CONTRATOS DE GESTAO A LIQUIDAR	288.124,27 D
1.9.9.7.2.20.02	CONTRATOS DE GESTAO LIQUIDADOS	4.066.620,44 D
1.9.9.7.2.21.00	ACORDO TRANSF.RECURSOS P/ORG. INTE	49.936,00 D
1.9.9.7.2.21.01	VALOR FIRMADO	49.936,00 D
1.9.9.7.2.21.03	A LIBERAR	123,04 D
1.9.9.7.2.21.04	A COMPROVAR	26.726,96 D
1.9.9.7.2.21.05	COMPROVADO	23.086,00 D

1.9.9.7.2.21.99	VALOR FIRMADO	49.936,00 C
1.9.9.9.6.19.00	CONTROLE ARRECADACAO RECEITAS	232,00 D
1.9.9.9.6.19.03	CONTROLE DE ARRECADACAO DE RECEITA	232,00 D
1.9.9.9.6.23.00	CONTROLE DE VALORES (NR.REFERENCIA	23.695.540,70 D
1.9.9.9.6.24.01	SAQUE - CARTAO DE PAGAMENTO GOV. F	211.546,00 D
1.9.9.9.6.24.02	FATURA - CARTAO DE PAGAMENTO DO GO	62.449,59 D
1.9.9.9.6.24.99	OUTROS CONTROLE DO CARTAO DE PAG.	273.995,59 C
1.9.9.9.6.25.04	CONTROLE DE EMPENHOS - PSSS	33.697.086,10 D
1.9.9.9.6.25.99	OUTROS CONTROLES DE VALORES PAGOS	33.697.086,10 C
1.9.9.9.6.99.00	OUTROS CONTROLES DE VALORES	23.695.772,70 C
2.0.0.0.0.00.00	PASSIVO	3.619.965.121,64 C
2.1.0.0.0.00.00	PASSIVO CIRCULANTE	56.743.611,23 C
2.1.1.0.0.00.00	DEPOSITOS	135.875,95 C
2.1.1.2.0.00.00	RECURSOS DA UNIAO	135.875,95 C
2.1.1.2.3.00.00	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	135.875,95 C
2.1.1.2.3.01.00	RECURSOS FISCAIS	99.625,12 C
2.1.1.2.3.02.00	RECURSOS PREVIDENCIARIOS - GPS A E	30.557,34 C
2.1.1.2.3.03.00	RECURSOS FISCAIS ESTADUAL/MUNICIPA	5.693,49 C
2.1.2.0.0.00.00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	34.799.190,00 C
2.1.2.1.0.00.00	OBRIGACOES A PAGAR	34.797.730,17 C
2.1.2.1.1.00.00	FORNECEDORES	4.357.632,23 C
2.1.2.1.1.01.00	DO EXERCICIO	3.393.836,11 C
2.1.2.1.1.02.00	DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.549,12 C
2.1.2.1.1.03.00	CONVENIOS A PAGAR	960.247,00 C
2.1.2.1.1.03.01	DO EXERCICIO	960.247,00 C
2.1.2.1.2.00.00	PESSOAL A PAGAR	4.012.019,64 C
2.1.2.1.2.03.00	PRECATORIOS DE PESSOAL	4.012.019,64 C
2.1.2.1.2.03.02	PRECATORIOS DE PESSOAL - EXERCICIO	4.012.019,64 C
2.1.2.1.6.00.00	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	23.803.667,94 C
2.1.2.1.6.01.00	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENC	15.000,00 C
2.1.2.1.6.02.00	RESTOS A PAGAR	22.410.905,58 C
2.1.2.1.6.02.02	NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	22.410.905,58 C
2.1.2.1.6.22.00	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO	1.377.762,36 C
2.1.2.1.9.00.00	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	2.624.410,36 C
2.1.2.1.9.60.00	OUTROS DEBITOS	2.624.410,36 C
2.1.2.1.9.60.01	DIARIAS	17.671,76 C
2.1.2.1.9.60.03	BOLSAS PARA ESTUDOS	677.674,00 C
2.1.2.1.9.60.05	CONTRATOS DE GESTAO	1.594.660,05 C
2.1.2.1.9.60.08	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	334.404,55 C
2.1.2.6.0.00.00	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	1.459,83 C
2.1.2.6.8.00.00	CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FED	1.459,83 C
2.1.2.6.8.02.00	FATURA - CARTAO DE PAGT. GOV. FEDE	1.459,83 C
2.1.4.0.0.00.00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	21.808.545,28 C
2.1.4.1.0.00.00	RECEITAS PENDENTES	9.890.552,38 C
2.1.4.1.1.00.00	RECEITAS A CLASSIFICAR	9.890.552,38 C
2.1.4.1.1.91.00	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO	9.890.552,38 C
2.1.4.2.0.00.00	VALORES DIFERIDOS	11.917.992,90 C
2.1.4.2.3.00.00	REPASSE RECEBIDO DIFERIDO	11.917.409,00 C
2.1.4.2.4.00.00	SUB-REPASSE RECEBIDO DIFERIDO	583,90 C
2.2.0.0.0.00.00	PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO	718.016,91 C
2.2.2.0.0.00.00	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	718.016,91 C
2.2.2.4.0.00.00	OBRIGACOES A PAGAR	718.016,91 C
2.2.2.4.1.00.00	FORNECEDORES DE EXERCICIOS ANTERIO	718.016,91 C
2.4.0.0.0.00.00	PATRIMONIO LIQUIDO	136.231.635,56 C
2.4.1.0.0.00.00	PATRIMONIO/CAPITAL	35.313.612,32 C
2.4.1.1.0.00.00	PATRIMONIO	35.313.612,32 C
2.4.2.0.0.00.00	RESERVAS	90.901,99 C
2.4.2.1.0.00.00	RESERVAS DE CAPITAL	90.901,99 C
2.4.2.1.2.00.00	RESERVAS DE DOACOES E SUBVENC.P/IN	90.901,99 C
2.4.3.0.0.00.00	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	100.827.121,25 C
2.4.3.2.0.00.00	RESULTADO DE EXERCICIOS ANTERIORES	100.827.121,25 C

2.9.0.0.0.00.00	PASSIVO COMPENSADO	3.426.271.857,94	C
2.9.1.0.0.00.00	PREVISAO ORCAMENTARIA DA RECEITA	10.136.013,00	C
2.9.1.1.0.00.00	PREVISAO ORCAMENTARIA - NATUREZA D	10.136.013,00	C
2.9.1.1.1.00.00	PREVISAO INICIAL DA RECEITA	10.136.013,00	C
2.9.1.2.1.01.00	PREVISAO INICIAL POR FONTE DE RECU	10.136.013,00	C
2.9.1.2.1.99.00	OUTROS CONTROLES POR FONTE DE RECU	10.136.013,00	D
2.9.1.5.1.00.00	PROJETO INICIAL DA LEI ORCAMENTARI	10.136.013,00	C
2.9.1.5.9.00.00	OUTROS CONTROLES PLOA RECEITA	10.136.013,00	D
2.9.2.0.0.00.00	EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	3.075.049.743,48	C
2.9.2.1.0.00.00	DISPONIBILIDADES DE CREDITO	640.899.225,56	C
2.9.2.1.1.00.00	CREDITO DISPONIVEL	10.654.244,28	C
2.9.2.1.2.00.00	CREDITO INDISPONIVEL	2.223.802,30	C
2.9.2.1.2.01.00	BLOQUEIO DE CREDITO	2.223.802,30	C
2.9.2.1.2.01.01	CREDITO BLOQUEADO PARA REMANEJAMEN	2.223.802,30	C
2.9.2.1.3.00.00	CREDITO UTILIZADO	628.021.178,98	C
2.9.2.1.3.02.00	CREDITO LIQUIDADO	628.021.178,98	C
2.9.2.1.3.02.01	CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	628.021.178,98	C
2.9.2.2.0.00.00	MOVIMENTO DE CREDITOS	88.941.442,39	C
2.9.2.2.1.00.00	DESCENTRALIZACAO EXTERNA DE CREDIT	9.824.737,00	C
2.9.2.2.1.02.00	ADMINISTRACAO INDIRETA	9.824.737,00	C
2.9.2.2.1.02.01	CREDITOS CONCEDIDOS	9.824.737,00	C
2.9.2.2.1.09.01	ACRESCIMO	10.168.962,03	C
2.9.2.2.1.09.09	REDUCAO	10.168.962,03	D
2.9.2.2.2.00.00	DESCENTRALIZACAO INTERNA DE CREDIT	79.116.705,39	C
2.9.2.2.2.01.00	PROVISAO CONCEDIDA	79.116.705,39	C
2.9.2.3.0.00.00	DETALHAMENTO DE CREDITO	2.345.209.075,53	C
2.9.2.3.1.00.00	CREDITOS DETALHADOS	2.345.209.075,53	C
2.9.2.4.1.01.00	EMPENHO POR NOTA DE EMPENHO	628.021.178,98	C
2.9.2.4.1.01.02	EMPENHOS LIQUIDADOS	628.021.178,98	C
2.9.2.4.1.01.04	EMPENHOS LIQUIDADOS - CONTROLE DA	527.808.792,42	C
2.9.2.4.1.01.99	OUTROS EMPENHOS LIQUIDADOS/CONTROL	527.808.792,42	D
2.9.2.4.1.03.00	EMPENHO P/ MODALID. DE LICITACAO -	628.021.178,98	C
2.9.2.4.1.03.02	CONVITE	3.067.505,53	C
2.9.2.4.1.03.03	TOMADA DE PRECOS	2.220.912,22	C
2.9.2.4.1.03.04	CONCORRENCIA	12.794.468,64	C
2.9.2.4.1.03.06	DISPENSA DE LICITACAO	45.355.484,48	C
2.9.2.4.1.03.07	LICITACAO INEXIGIVEL	16.859.762,47	C
2.9.2.4.1.03.08	NAO APLICAVEL	509.673.507,67	C
2.9.2.4.1.03.09	SUPRIMENTOS DE FUNDOS	264.029,41	C
2.9.2.4.1.03.12	PREGAO	37.785.508,56	C
2.9.2.4.1.04.00	EMPENHOS POR CREDOR	628.021.178,98	C
2.9.2.4.1.04.02	VALORES LIQUIDADOS A PAGAR	6.722.174,97	C
2.9.2.4.1.04.03	VALORES PAGOS	599.228.560,19	C
2.9.2.4.1.04.05	EMPENHOS INSCRITOS EM RESTOS A PAG	22.070.443,82	C
2.9.2.4.1.05.02	RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS - NO EX.	3.549,12	C
2.9.2.4.1.05.03	RP NAO PROCESSADOS PAGOS - CONTRO	8.454.850,02	C
2.9.2.4.1.05.05	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	22.070.443,82	C
2.9.2.4.1.05.06	RESTOS A PAGAR BLOQUEADOS	340.461,76	C
2.9.2.4.1.05.08	RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS - NO EX.	392.589,45	C
2.9.2.4.1.05.09	CANCELAMENTO DE RP NAO PROCESSADOS	791.357,29	C
2.9.2.4.1.05.10	RP PROCESSADOS PAGOS - CONTROLE PO	6.920.234,88	C
2.9.2.4.1.05.90	CANCELAMENTO DE RP PROCESSADOS	9.558,78	C
2.9.2.4.1.05.99	OUTRAS INSCRICOES DE RESTOS A PAGA	38.983.045,12	D
2.9.2.4.1.99.00	OUTRAS EMISSOES DE EMPENHO	1.884.063.536,94	D
2.9.3.0.0.00.00	EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	5.085.334,15	D
2.9.3.1.1.02.00	COTAS DE REPASSE	532.882.121,00	C
2.9.3.1.1.02.01	COTA DE REPASSE INDISPONIVEL	2.223.772,30	C
2.9.3.1.1.02.02	COTA DE REPASSE A PROGRAMAR	16.182.099,55	C
2.9.3.1.1.02.04	COTA DE REPASSE RECEBIDA	375.265.492,05	C
2.9.3.1.1.02.06	COTA DE REPASSE TRANSFERIDA	9.824.737,00	C
2.9.3.1.1.02.07	COTA DE REPASSE PROVENIENTE DE DAR	40.341.073,13	C

2.9.3.1.1.02.14	COTA DE REPASSE PROVENIENTE DE GPS	1.750.800,15 C
2.9.3.1.1.02.16	COTA DE REPASSE PROVENIENTE DE DAR	334.168,47 C
2.9.3.1.1.02.19	COTA DE REPASSE PROVENIENTE DE GRU	86.959.978,35 C
2.9.3.1.1.03.03	COTA FINANCEIRA RECEBIDA	375.265.492,05 C
2.9.3.1.1.03.06	COTA FINANCEIRA DE RESTOS A PAGAR	5.409.963,93 C
2.9.3.1.1.03.07	COTA FINANCEIRA DE DARF EMITIDO	44.372.291,62 C
2.9.3.1.1.03.08	COTA FINANCEIRA DE GPS EMITIDA	1.766.237,86 C
2.9.3.1.1.03.16	COTA FINANCEIRA DE DAR EMITIDO	700.764,47 C
2.9.3.1.1.03.19	COTA FINANCEIRA DE GRU EMITIDA	87.032.257,51 C
2.9.3.1.1.03.99	DIVERSAS COTAS FINANCEIRAS	514.547.007,44 D
2.9.3.1.1.06.01	COTA DE LIMITE ORCAMENTARIO A UTIL	3.030.246,50 C
2.9.3.1.1.06.02	COTA DE LIMITE ORCAMENTARIO UTILIZ	67.973.373,79 C
2.9.3.1.1.06.04	COTA DE LIM. ORC. A UTILIZAR - ENCE	133.723,42 C
2.9.3.1.1.06.05	COTA LIM. ORCAMENTARIO TRANSF. / ENCE	1.694.954,30 C
2.9.3.1.1.06.06	COTA LIM. ORCAMENTARIO DESCEN. / ENCE	1.427,82 C
2.9.3.1.1.06.07	COTA DE LIM. ORC. UTIL. P/ DESC. INT	116.312,13 C
2.9.3.1.1.06.09	COTA DE LIM. ORCAMEN. UTIL. PELA UO-E	3.236.700,00 C
2.9.3.1.1.06.99	DIVERSAS COTAS DE LIMITE ORCAMENTA	76.186.737,96 D
2.9.3.1.1.99.00	DIVERSAS COTAS ORCAMENTARIAS	532.882.121,00 D
2.9.3.2.0.00.00	DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	5.085.334,15 D
2.9.5.0.0.00.00	EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	30.869.304,72 C
2.9.5.2.0.00.00	RESTOS A PAGAR PAGOS	8.454.850,02 C
2.9.5.4.0.00.00	RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS	3.549,12 C
2.9.5.6.0.00.00	RESTOS A PAGAR A LIQUIDAR BLOQUEAD	340.461,76 C
2.9.5.8.0.00.00	RESTOS A PAGAR DO EXERCICIO	22.070.443,82 C
2.9.5.8.1.00.00	RESTOS A PAGAR POR EMPENHO	22.070.443,82 C
2.9.9.0.0.00.00	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	315.302.130,89 C
2.9.9.1.0.00.00	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPON	4.839.315,65 C
2.9.9.6.0.00.00	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	267.188.821,02 C
2.9.9.7.0.00.00	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	43.273.994,22 C
3.0.0.0.0.00.00	DESPESA	628.021.178,98 D
3.3.0.0.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	610.729.269,62 D
3.3.1.0.0.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	458.928.658,75 D
3.3.1.9.0.00.00	APLICACOES DIRETAS	400.148.945,69 D
3.3.1.9.0.01.00	APOSENTADORIAS E REFORMAS	122.226.596,78 D
3.3.1.9.0.01.01	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	98.735.026,95 D
3.3.1.9.0.01.06	13 SALARIO - PESSOAL CIVIL	10.996.593,21 D
3.3.1.9.0.01.09	GRATIFICACAO TEMPO DE SERVICO - AN	11.637.147,40 D
3.3.1.9.0.01.87	COMPLEMENTACAO DE APOSENTADORIAS	857.829,22 D
3.3.1.9.0.03.00	PENSOES	25.686.018,26 D
3.3.1.9.0.03.01	CIVIS	19.543.953,85 D
3.3.1.9.0.03.03	13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSI	3.359.150,59 D
3.3.1.9.0.03.86	COMPLEMENTACAO DE PENSOES - PESSOA	2.782.913,82 D
3.3.1.9.0.04.00	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	3.379.438,45 D
3.3.1.9.0.04.01	PROFESSORES SUBSTITUTOS/VISITANTES	3.379.438,45 D
3.3.1.9.0.08.00	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	227.112,43 D
3.3.1.9.0.08.01	AUXILIO FUNERAL ATIVO CIVIL	10.825,95 D
3.3.1.9.0.08.03	AUXILIO FUNERAL INATIVO CIVIL	184.265,48 D
3.3.1.9.0.08.05	AUXILIO NATALIDADE ATIVO CIVIL	32.021,00 D
3.3.1.9.0.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PE	219.182.697,53 D
3.3.1.9.0.11.01	VENCIMENTOS E SALARIOS	93.200.982,99 D
3.3.1.9.0.11.04	ADICIONAL NOTURNO	633.378,31 D
3.3.1.9.0.11.05	INCORPORACOES	1.333.525,54 D
3.3.1.9.0.11.07	ABONO DE PERMANENCIA	1.721.130,82 D
3.3.1.9.0.11.09	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	314.016,63 D
3.3.1.9.0.11.10	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	6.900.118,20 D
3.3.1.9.0.11.28	VANTAGEM PECUNIARIA INDIVIDUAL	1.274.905,55 D
3.3.1.9.0.11.31	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARG	76.018.928,30 D
3.3.1.9.0.11.33	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNC	2.909.428,85 D
3.3.1.9.0.11.37	GRATIFICACAO DE TEMPO DE SERVICO	7.014.881,67 D
3.3.1.9.0.11.39	GRATIFICACAO P / ENCARGO DE CURSO	1.941.032,99 D

3.3.1.9.0.11.41	GRATIFICACAO POR ATIVIDADES EXPOST	191.327,17 D
3.3.1.9.0.11.42	FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	20.216,08 D
3.3.1.9.0.11.43	13. SALARIO	16.562.049,90 D
3.3.1.9.0.11.45	FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	7.065.295,49 D
3.3.1.9.0.11.46	FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	442.637,71 D
3.3.1.9.0.11.47	LICENCA-PREMIO	11.487,18 D
3.3.1.9.0.11.87	COMPLEMENTACAO SALARIAL - PESSOAL	1.627.354,15 D
3.3.1.9.0.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOA	2.703.202,14 D
3.3.1.9.0.16.32	SUBSTITUICOES	65.942,81 D
3.3.1.9.0.16.44	SERVICOS EXTRAORDINARIOS	2.637.259,33 D
3.3.1.9.0.91.00	SENTENCAS JUDICIAIS	25.000.710,35 D
3.3.1.9.0.91.25	ACAO NAO TRANSIT JULG CAR UNICO-IN	11.162.421,92 D
3.3.1.9.0.91.27	ACAO NAO TRANSIT JULG CAR CONTIN-A	2.414.919,67 D
3.3.1.9.0.91.31	ACAO NAO TRANSIT JULG CAR CONTIN-P	2.149.038,25 D
3.3.1.9.0.91.32	SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CAR.UNICO-AT	2.537.194,02 D
3.3.1.9.0.91.34	SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CAR.UN-INATI	5.531.743,59 D
3.3.1.9.0.91.41	SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CAR.UN-PENSI	1.205.392,90 D
3.3.1.9.0.92.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.743.169,75 D
3.3.1.9.0.92.01	ATIVO CIVIL	172.050,10 D
3.3.1.9.0.92.02	INATIVO CIVIL	414.114,91 D
3.3.1.9.0.92.14	VANTAGEM ADMINISTRATIVA 28,86% - A	289.748,64 D
3.3.1.9.0.92.15	VANTAGEM ADMINISTRATIVA 28,86%-INA	199.302,67 D
3.3.1.9.0.92.16	VANTAGEM ADMINIST. 28,86% - PENSIO	102.090,17 D
3.3.1.9.0.92.17	VANTAGEM ADMINISTRATIVA 3,17% - AT	281.452,99 D
3.3.1.9.0.92.18	VANTAGEM ADMINISTRATIVA 3,17% - IN	184.747,68 D
3.3.1.9.0.92.19	VANTAGEM ADMINIST. 3,17% - PENSION	99.662,59 D
3.3.1.9.1.00.00	APLICACOES DIRETAS - OPER.INTRA-OR	58.779.713,06 D
3.3.1.9.1.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-OR	58.779.713,06 D
3.3.1.9.1.13.02	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - IN	719.742,06 D
3.3.1.9.1.13.03	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS	58.059.971,00 D
3.3.3.0.0.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	151.800.610,87 D
3.3.3.5.0.00.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS	10.376.249,84 D
3.3.3.5.0.14.00	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.750,00 D
3.3.3.5.0.14.04	INSTITUICOES DE PESQ. E DESENV. IN	1.750,00 D
3.3.3.5.0.18.00	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	99.000,00 D
3.3.3.5.0.18.01	BOLSA NO PAIS	99.000,00 D
3.3.3.5.0.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	107.703,00 D
3.3.3.5.0.30.04	INSTITUICOES DE PESQ. E DESENV. IN	91.603,00 D
3.3.3.5.0.30.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	16.100,00 D
3.3.3.5.0.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.747,00 D
3.3.3.5.0.33.04	INST. DE PESQUISA E DESENV. INSTIT	4.747,00 D
3.3.3.5.0.36.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	282.820,00 D
3.3.3.5.0.36.04	INST. DE PESQUISA E DESENV. INSTIT	18.820,00 D
3.3.3.5.0.36.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	264.000,00 D
3.3.3.5.0.39.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSE	8.815.829,84 D
3.3.3.5.0.39.04	INSTITUICOES DE PESQUISA E DES. IN	7.739.173,74 D
3.3.3.5.0.39.50	SERVICO DE ASSISTENCIA A SAUDE	17.600,00 D
3.3.3.5.0.39.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	1.059.056,10 D
3.3.3.5.0.47.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUT	52.800,00 D
3.3.3.5.0.47.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	52.800,00 D
3.3.3.5.0.92.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.011.600,00 D
3.3.3.5.0.92.39	SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUR	1.011.600,00 D
3.3.3.8.0.00.00	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	19.426,96 D
3.3.3.8.0.41.00	CONTRIBUICOES	19.426,96 D
3.3.3.8.0.41.02	INSTITUICOES DE CARATER TECNICO OU	19.426,96 D
3.3.3.9.0.00.00	APLICACOES DIRETAS	139.821.280,99 D
3.3.3.9.0.04.00	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	4.146.896,47 D
3.3.3.9.0.04.08	SERVICOS EVENTUAIS DE MEDICOS RESI	4.146.896,47 D
3.3.3.9.0.08.00	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	781.174,02 D
3.3.3.9.0.08.55	AUXILIO-CRECHE	781.174,02 D
3.3.3.9.0.14.00	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	904.542,78 D

3.3.3.9.0.14.14	DIARIAS NO PAIS	679.496,42 D
3.3.3.9.0.14.16	DIARIAS NO EXTERIOR	225.046,36 D
3.3.3.9.0.18.00	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	11.138.513,86 D
3.3.3.9.0.18.01	BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	10.658.405,41 D
3.3.3.9.0.18.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	480.108,45 D
3.3.3.9.0.20.00	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	2.438.645,66 D
3.3.3.9.0.20.01	AUXILIO A PESQUISADORES	2.430.557,18 D
3.3.3.9.0.20.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	8.088,48 D
3.3.3.9.0.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	28.139.749,33 D
3.3.3.9.0.30.01	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOM	1.424.307,77 D
3.3.3.9.0.30.03	COMBUSTIVEIS E LUBRIF. P/ OUTRAS F	399,80 D
3.3.3.9.0.30.04	GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADO	465.948,19 D
3.3.3.9.0.30.06	ALIMENTOS PARA ANIMAIS	39.921,35 D
3.3.3.9.0.30.07	GENEROS DE ALIMENTACAO	2.075.588,97 D
3.3.3.9.0.30.09	MATERIAL FARMACOLOGICO	9.253.616,46 D
3.3.3.9.0.30.10	MATERIAL ODONTOLOGICO	39.531,61 D
3.3.3.9.0.30.11	MATERIAL QUIMICO	553.287,68 D
3.3.3.9.0.30.12	MATERIAL DE COUDELARIA OU DE USO Z	5.052,36 D
3.3.3.9.0.30.14	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	7.587,29 D
3.3.3.9.0.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	405.405,64 D
3.3.3.9.0.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	604.368,22 D
3.3.3.9.0.30.18	MATERIAIS E MEDICAMENTOS P/ USO VE	739,85 D
3.3.3.9.0.30.19	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMB	90.079,88 D
3.3.3.9.0.30.20	MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	4.600,25 D
3.3.3.9.0.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	127.855,49 D
3.3.3.9.0.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIG	613.542,80 D
3.3.3.9.0.30.23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	69.999,69 D
3.3.3.9.0.30.24	MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/	348.371,05 D
3.3.3.9.0.30.25	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOV	317.243,37 D
3.3.3.9.0.30.26	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	238.616,52 D
3.3.3.9.0.30.28	MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	39.264,14 D
3.3.3.9.0.30.29	MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	294.462,17 D
3.3.3.9.0.30.30	MATERIAL PARA COMUNICACOES	38.915,90 D
3.3.3.9.0.30.31	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUM	9.326,40 D
3.3.3.9.0.30.35	MATERIAL LABORATORIAL	2.909.644,80 D
3.3.3.9.0.30.36	MATERIAL HOSPITALAR	4.830.507,73 D
3.3.3.9.0.30.39	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	11.748,22 D
3.3.3.9.0.30.40	MATERIAL BIOLOGICO	51.256,53 D
3.3.3.9.0.30.41	MATERIAL P/ UTILIZACAO EM GRAFICA	257.356,98 D
3.3.3.9.0.30.42	FERRAMENTAS	8.619,92 D
3.3.3.9.0.30.44	MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E O	13.378,08 D
3.3.3.9.0.30.46	MATERIAL BIBLIOGRAFICO	375.636,37 D
3.3.3.9.0.30.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	2.613.567,85 D
3.3.3.9.0.32.00	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	7.275,95 D
3.3.3.9.0.32.03	MATERIAL DESTINADO A ASSISTENCIA S	6.046,35 D
3.3.3.9.0.32.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	1.229,60 D
3.3.3.9.0.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.011.891,52 D
3.3.3.9.0.33.01	PASSAGENS PARA O PAIS	1.606.054,05 D
3.3.3.9.0.33.02	PASSAGENS PARA O EXTERIOR	269.252,95 D
3.3.3.9.0.33.03	LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE	133.972,11 D
3.3.3.9.0.33.08	PEDAGIOS	926,70 D
3.3.3.9.0.33.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	1.685,71 D
3.3.3.9.0.36.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	714.969,27 D
3.3.3.9.0.36.02	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS	97.564,34 D
3.3.3.9.0.36.06	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	56.723,60 D
3.3.3.9.0.36.07	ESTAGIARIOS	305.488,36 D
3.3.3.9.0.36.15	LOCACAO DE IMOVEIS	141.165,21 D
3.3.3.9.0.36.17	TRIBUTOS A CONTA DO LOCATARIO OU C	7.645,42 D
3.3.3.9.0.36.18	MANUTENCAO E CONSERV. DE EQUIPAMEN	4.020,00 D
3.3.3.9.0.36.21	MANUT.E CONS.DE B.MOVEIS DE OUTRAS	300,00 D
3.3.3.9.0.36.26	SERVICOS DOMESTICOS	1.920,00 D

3.3.3.9.0.36.28	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	46.539,28 D
3.3.3.9.0.36.35	SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E O	21.059,59 D
3.3.3.9.0.36.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	32.543,47 D
3.3.3.9.0.37.00	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	13.573.470,72 D
3.3.3.9.0.37.01	APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OP	2.016.910,10 D
3.3.3.9.0.37.02	LIMPEZA E CONSERVACAO	6.114.240,92 D
3.3.3.9.0.37.03	VIGILANCIA OSTENSIVA	3.174.685,19 D
3.3.3.9.0.37.04	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS I	1.087.484,03 D
3.3.3.9.0.37.05	SERVICOS DE COPA E COZINHA	792.496,29 D
3.3.3.9.0.37.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	387.654,19 D
3.3.3.9.0.39.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSO	54.003.874,90 D
3.3.3.9.0.39.01	ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDA	142.590,25 D
3.3.3.9.0.39.03	COMISSOES E CORRETAGENS	641,52 D
3.3.3.9.0.39.05	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	2.501.033,04 D
3.3.3.9.0.39.06	CAPATAZIA, ESTIVA E PESAGEM	7.262,20 D
3.3.3.9.0.39.08	MANUTENCAO DE SOFTWARE	345.007,97 D
3.3.3.9.0.39.10	LOCACAO DE IMOVEIS	117.960,35 D
3.3.3.9.0.39.11	LOCACAO DE SOFTWARES	239.558,14 D
3.3.3.9.0.39.12	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.878.992,90 D
3.3.3.9.0.39.14	LOCACAO BENS MOV. OUT.NATUREZAS E	16.060,27 D
3.3.3.9.0.39.15	TRIBUTOS A CONTA DO LOCATARIO OU C	6.695,81 D
3.3.3.9.0.39.16	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOV	4.087.147,70 D
3.3.3.9.0.39.17	MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQ	1.284.645,77 D
3.3.3.9.0.39.19	MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	420.804,68 D
3.3.3.9.0.39.20	MANUT.E CONS.DE B.MOVEIS DE OUTRAS	104.221,66 D
3.3.3.9.0.39.22	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENC	193.487,51 D
3.3.3.9.0.39.23	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	1.260,00 D
3.3.3.9.0.39.41	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	113.202,26 D
3.3.3.9.0.39.43	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	3.939.442,03 D
3.3.3.9.0.39.44	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	1.768.816,98 D
3.3.3.9.0.39.47	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	255.703,14 D
3.3.3.9.0.39.48	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	47.296,00 D
3.3.3.9.0.39.49	PRODUCOES JORNALISTICAS	3.160,00 D
3.3.3.9.0.39.50	SERV.MEDICO-HOSPITAL., ODONTOL.E LA	329.098,57 D
3.3.3.9.0.39.51	SERVICOS DE ANALISES E PESQUISAS C	56.631,99 D
3.3.3.9.0.39.57	SERVICOS DE PROC. DE DADOS	42.033,99 D
3.3.3.9.0.39.58	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	2.628.410,82 D
3.3.3.9.0.39.59	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	29.235,90 D
3.3.3.9.0.39.62	SERVICOS DE PRODUCAO INDUSTRIAL	168.269,41 D
3.3.3.9.0.39.63	SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	496.420,06 D
3.3.3.9.0.39.65	SERVICOS DE APOIO AO ENSINO	783.280,00 D
3.3.3.9.0.39.66	SERVICOS JUDICIARIOS	4,00 D
3.3.3.9.0.39.69	SEGUROS EM GERAL	110.000,69 D
3.3.3.9.0.39.70	CONFECCAO DE UNIFORMES, BANDEIRAS	5.835,48 D
3.3.3.9.0.39.71	CONFECCAO DE MATERIAL DE ACONDIC.	500,00 D
3.3.3.9.0.39.72	VALE-TRANSPORTE	7.071,90 D
3.3.3.9.0.39.73	TRANSPORTE DE SERVIDORES	25.960,00 D
3.3.3.9.0.39.74	FRETES E TRANSP. DE ENCOMENDAS	108.899,89 D
3.3.3.9.0.39.78	LIMPEZA E CONSERVACAO	205.420,75 D
3.3.3.9.0.39.79	SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E O	23.505.966,10 D
3.3.3.9.0.39.80	HOSPEDAGENS	183.999,85 D
3.3.3.9.0.39.81	SERVICOS BANCARIOS	13.834,75 D
3.3.3.9.0.39.83	SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE	225.830,61 D
3.3.3.9.0.39.94	AQUISICAO DE SOFTWARES DE APLICACA	98.003,92 D
3.3.3.9.0.39.95	MANUT.CONS.EQUIP. DE PROCESSAMENT	353.646,54 D
3.3.3.9.0.39.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	6.150.529,50 D
3.3.3.9.0.46.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	7.768.694,06 D
3.3.3.9.0.46.01	INDENIZACAO AUXILIO-ALIMENTACAO	7.768.694,06 D
3.3.3.9.0.47.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUT	42.040,38 D
3.3.3.9.0.47.05	IMPOSTO S/ PROPR.DE VEICULOS AUTOM	12.990,00 D
3.3.3.9.0.47.10	TAXAS	7.970,38 D

3.3.3.9.0.47.15	MULTAS DEDUTIVEIS	21.000,00 D
3.3.3.9.0.47.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	80,00 D
3.3.3.9.0.49.00	AUXILIO-TRANSPORTE	3.731.332,62 D
3.3.3.9.0.49.01	INDENIZACAO AUXILIO-TRANSPORTE	3.731.332,62 D
3.3.3.9.0.92.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	10.353.197,07 D
3.3.3.9.0.92.14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.494,89 D
3.3.3.9.0.92.18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	4.275,00 D
3.3.3.9.0.92.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.497,82 D
3.3.3.9.0.92.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	69.081,04 D
3.3.3.9.0.92.39	SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUR	2.533.917,99 D
3.3.3.9.0.92.48	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESS	4.800,00 D
3.3.3.9.0.92.92	MATERIAL DE CONSUMO	7.714.887,18 D
3.3.3.9.0.92.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	21.243,15 D
3.3.3.9.0.93.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	65.012,38 D
3.3.3.9.0.93.01	INDENIZACOES	180,00 D
3.3.3.9.0.93.02	RESTITUICOES	4.627,81 D
3.3.3.9.0.93.03	AJUDA DE CUSTO - PESSOAL CIVIL	60.204,57 D
3.3.3.9.1.00.00	APLICACOES DIRETAS - OPER.INTRA-OR	1.583.653,08 D
3.3.3.9.1.30.00	MATERIAL DE CONSUMO-OPER.INTRA-ORC	43.708,85 D
3.3.3.9.1.30.11	MATERIAL QUIMICO	34.520,05 D
3.3.3.9.1.30.30	MATERIAL PARA COMUNICACOES	1.456,80 D
3.3.3.9.1.30.46	MATERIAL BIBLIOGRAFICO	476,00 D
3.3.3.9.1.30.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	7.256,00 D
3.3.3.9.1.39.00	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP	540.460,04 D
3.3.3.9.1.39.01	ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDA	31.441,28 D
3.3.3.9.1.39.06	CAPATAZIA, ESTIVA E PESAGEM	1.670,29 D
3.3.3.9.1.39.22	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENC	1.000,00 D
3.3.3.9.1.39.47	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	411.979,52 D
3.3.3.9.1.39.48	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	2.710,00 D
3.3.3.9.1.39.58	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	80,47 D
3.3.3.9.1.39.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	91.578,48 D
3.3.3.9.1.47.00	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-OR	935.335,71 D
3.3.3.9.1.47.10	TAXAS	940,00 D
3.3.3.9.1.47.12	CONTRIBUICAO P/ O PIS/PASEP	77.953,84 D
3.3.3.9.1.47.15	MULTAS DEDUTIVEIS	2.367,60 D
3.3.3.9.1.47.18	CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS D	850.467,94 D
3.3.3.9.1.47.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	3.606,33 D
3.3.3.9.1.92.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	64.148,48 D
3.3.3.9.1.92.39	SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUR	64.148,48 D
3.4.0.0.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	17.291.909,36 D
3.4.4.0.0.00.00	INVESTIMENTOS	16.854.409,36 D
3.4.4.5.0.00.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS_S/ FINS L	7.374.146,13 D
3.4.4.5.0.51.00	OBRAS E INSTALACOES	6.131.020,22 D
3.4.4.5.0.51.04	INSTITUICOES DE PESQ. E DESENV. IN	1.023.729,51 D
3.4.4.5.0.51.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	5.107.290,71 D
3.4.4.5.0.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.243.125,91 D
3.4.4.5.0.52.04	INSTITUICOES DE PESQ. E DESENV. IN	554.392,89 D
3.4.4.5.0.52.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	688.733,02 D
3.4.4.9.0.00.00	APLICACOES DIRETAS	9.480.263,23 D
3.4.4.9.0.51.00	OBRAS E INSTALACOES	1.708.019,27 D
3.4.4.9.0.51.91	OBRAS EM ANDAMENTO	1.210.769,70 D
3.4.4.9.0.51.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	497.249,57 D
3.4.4.9.0.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.756.050,00 D
3.4.4.9.0.52.04	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	349.870,96 D
3.4.4.9.0.52.06	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNI	7.268,83 D
3.4.4.9.0.52.08	APAR.EQUIP.UTENS.MED., ODONT, LABOR.	2.069.670,40 D
3.4.4.9.0.52.10	APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTES E D	698,00 D
3.4.4.9.0.52.12	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	41.501,32 D
3.4.4.9.0.52.24	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA	5.483,90 D
3.4.4.9.0.52.28	MAQUINAS E EQUIPAM. DE NATUREZA	252,00 D
3.4.4.9.0.52.30	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICO	104.865,59 D

3.4.4.9.0.52.33	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E F	34.229,99 D
3.4.4.9.0.52.34	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTO	20.104,91 D
3.4.4.9.0.52.35	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE D	392.332,26 D
3.4.4.9.0.52.36	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE	1.466,80 D
3.4.4.9.0.52.38	MAQ., FERRAMENTAS E UTENSILIOS	344,99 D
3.4.4.9.0.52.39	EQUIP. E UTENSILIOS HIDRAULICOS E	52.800,00 D
3.4.4.9.0.52.40	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRIC. E	1.372,00 D
3.4.4.9.0.52.42	MOBILIARIO EM GERAL	82.276,92 D
3.4.4.9.0.52.51	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	5.467,92 D
3.4.4.9.0.52.98	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	4.586.043,21 D
3.4.4.9.0.92.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	16.193,96 D
3.4.4.9.0.92.02	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.193,96 D
3.4.5.0.0.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	437.500,00 D
3.4.5.9.0.00.00	APLICACOES DIRETAS	437.500,00 D
3.4.5.9.0.61.00	AQUISICAO DE IMOVEIS	437.500,00 D
3.4.5.9.0.61.07	CASAS E APARTAMENTOS	437.500,00 D
4.0.0.0.0.00.00	RECEITA	11.065.250,82 C
4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	11.538.217,68 C
4.1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	398.675,60 C
4.1.3.1.0.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS	320.573,99 C
4.1.3.1.5.00.00	TAXA DE OCUPACAO DE IMOVEIS	320.573,99 C
4.1.3.2.0.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	73.426,80 C
4.1.3.2.5.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	73.426,80 C
4.1.3.2.5.02.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS REC. NAO	73.426,80 C
4.1.3.2.5.02.03	RECEITA REMUNERACAO DE APLIC. FINA	73.426,80 C
4.1.3.9.0.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	4.674,81 C
4.1.6.0.0.00.00	RECEITA DE SERVICOS	6.990.879,78 C
4.1.6.0.0.01.00	SERVICOS COMERCIAIS	57,00 C
4.1.6.0.0.01.02	SERV.DE COM.LIVROS PERIOD.MAT.ESC.	57,00 C
4.1.6.0.0.05.00	SERVICOS DE SAUDE	706.097,95 C
4.1.6.0.0.05.01	SERVICOS HOSPITALARES	706.097,95 C
4.1.6.0.0.13.00	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	4.302.833,00 C
4.1.6.0.0.16.00	SERVICOS EDUCACIONAIS	804.814,56 C
4.1.6.0.0.21.00	SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAC	886.537,95 C
4.1.6.0.0.22.00	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	84.542,11 C
4.1.6.0.0.99.00	OUTROS RECEITAS DE SERVICOS	205.997,21 C
4.1.7.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	3.916.745,65 C
4.1.7.3.0.00.00	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRI	10.138,40 C
4.1.7.6.0.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	3.906.607,25 C
4.1.7.6.2.00.00	TRANSF.DOS ESTADOS DF E SUAS ENTID	3.906.607,25 C
4.1.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	231.916,65 C
4.1.9.1.0.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	3.214,82 C
4.1.9.1.8.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA-OUTRAS RECE	3.073,38 C
4.1.9.1.8.08.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE	3.073,38 C
4.1.9.1.9.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	141,44 C
4.1.9.1.9.99.00	OUTRAS MULTAS	141,44 C
4.1.9.2.0.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	227.627,04 C
4.1.9.2.1.00.00	INDENIZACOES	573,00 C
4.1.9.2.1.06.00	INDENIZ. POR DANOS CAUSADOS AO PA	573,00 C
4.1.9.2.2.00.00	RESTITUICOES	227.054,04 C
4.1.9.2.2.02.00	RESTITUICOES DE BENEFICIOS NAO DES	4.678,08 C
4.1.9.2.2.07.00	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC.	3.929,16 C
4.1.9.2.2.99.00	OUTRAS RESTITUICOES	218.446,80 C
4.1.9.9.0.00.00	RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	1.074,79 C
4.1.9.9.0.02.00	REC. DE ONUS SUCUMBENCIA DE ACOES	1.074,79 C
4.1.9.9.0.02.02	RECEITA DE ONUS DE SUCUMBENCIA	1.074,79 C
4.9.0.0.0.00.00	DEDUCOES DA RECEITA	472.966,86 D
4.9.2.0.0.00.00	RESTITUICOES	18.911,74 D
4.9.3.0.0.00.00	DESCONTOS CONCEDIDOS	193,75 D
4.9.8.0.0.00.00	RETIFICACOES	453.861,37 D
5.0.0.0.0.00.00	RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCICIO	169.945.513,40 D

5.1.0.0.0.00.00	RESULTADO ORCAMENTARIO	88.939.229,39 D
5.1.2.0.0.00.00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	88.939.229,39 D
5.1.2.1.0.00.00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDI	88.939.229,39 D
5.1.2.1.3.00.00	SUB-REPASSE CONCEDIDO	76.241.972,82 D
5.1.2.1.3.01.00	SUB-REPASSE CONCEDIDO	76.241.972,82 D
5.1.2.1.5.00.00	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	779.263,67 D
5.1.2.1.5.03.00	SUB-REPASSE DIFERIDO	779.263,67 D
5.1.2.1.6.00.00	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	11.917.992,90 D
5.1.2.1.6.02.00	REPASSE DIFERIDO - INSCRICAO	11.917.409,00 D
5.1.2.1.6.03.00	SUB-REPASSE DIFERIDO - INSCRICAO	583,90 D
5.2.0.0.0.00.00	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	81.006.284,01 D
5.2.2.0.0.00.00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.842.716,79 D
5.2.2.2.0.00.00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDI	5.000,00 D
5.2.2.2.1.00.00	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	5.000,00 D
5.2.2.2.1.02.00	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBI	5.000,00 D
5.2.2.3.0.00.00	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	1.837.716,79 D
5.2.2.3.2.00.00	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS - SALD	1.837.716,79 D
5.2.3.0.0.00.00	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	79.163.567,22 D
5.2.3.1.0.00.00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	77.620.809,04 D
5.2.3.1.2.00.00	BAIXA DE BENS MOVEIS	41.386.676,68 D
5.2.3.1.2.01.00	BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	164.139,15 D
5.2.3.1.2.01.03	PERDA	6.946,09 D
5.2.3.1.2.01.11	IMPORTACOES EM ANDAMENTO	2.177,01 D
5.2.3.1.2.01.16	INSERVIBILIDADE	155.016,05 D
5.2.3.1.2.02.00	BENS DE ESTOQUE	41.222.537,53 D
5.2.3.1.2.02.01	CONSUMO POR REQUISICAO	40.595.634,95 D
5.2.3.1.2.02.02	CONSUMO IMEDIATO	111.608,91 D
5.2.3.1.2.02.98	BAIXA DE MATERIAL DE USO DURADOURO	515.293,67 D
5.2.3.1.7.00.00	BAIXA DE DIREITOS	33.045.213,26 D
5.2.3.1.7.01.00	CREDITOS A RECEBER	8.922.510,80 D
5.2.3.1.7.01.03	RECURSOS DE LIMITE A RECEBER DE RP	8.707.880,60 D
5.2.3.1.7.01.05	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	214.630,20 D
5.2.3.1.7.03.00	DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	1.190,00 D
5.2.3.1.7.03.03	DIVERSOS RESPONSAVEIS	1.190,00 D
5.2.3.1.7.05.00	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	24.121.512,46 D
5.2.3.1.7.05.02	NAO FINANCEIROS	24.121.512,46 D
5.2.3.1.8.00.00	BENS/DIREITOS A INCORP.PELA INSCR.	3.188.919,10 D
5.2.3.3.0.00.00	INCORPORACAO DE PASSIVOS	1.381.830,36 D
5.2.3.3.1.00.00	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	1.381.830,36 D
5.2.3.3.1.05.00	RESTOS A PAGAR	4.068,00 D
5.2.3.3.1.14.00	RECURSOS A LIBERAR	1.377.762,36 D
5.2.3.8.0.00.00	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	160.927,82 D
5.2.3.8.1.00.00	AJUSTES FINANCEIROS	159.074,15 D
5.2.3.8.2.00.00	AJUSTES NAO FINANCEIROS	1.853,67 D
6.0.0.0.0.00.00	RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCICIO	812.071.137,19 C
6.1.0.0.0.00.00	RESULTADO ORCAMENTARIO	747.670.918,84 C
6.1.2.0.0.00.00	INTERFERENCIAS ATIVAS	671.316.735,21 C
6.1.2.1.0.00.00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBID	671.316.735,21 C
6.1.2.1.2.00.00	REPASSE RECEBIDO	594.294.914,82 C
6.1.2.1.3.00.00	SUB-REPASSE RECEBIDO	76.241.972,82 C
6.1.2.1.3.01.00	SUB-REPASSE RECEBIDO	76.241.972,82 C
6.1.2.1.5.00.00	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	779.263,67 C
6.1.2.1.5.03.00	SUB-REPASSE DIFERIDO	779.263,67 C
6.1.2.1.6.00.00	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	583,90 C
6.1.2.1.6.03.00	SUB-REPASSE DIFERIDO - INSCRICAO	583,90 C
6.1.3.0.0.00.00	MUTACOES ATIVAS	76.354.183,63 C
6.1.3.1.0.00.00	INCORPORACAO DE ATIVOS	65.474.867,12 C
6.1.3.1.1.00.00	AQUISICOES DE BENS	38.111.991,96 C
6.1.3.1.1.01.00	BENS IMOVEIS	1.648.269,70 C
6.1.3.1.1.02.00	BENS MOVEIS	36.463.722,26 C
6.1.3.1.1.02.01	BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	3.186.200,75 C

6.1.3.1.1.02.02	BENS DE ESTOQUE	33.277.521,51 C
6.1.3.1.2.00.00	INCORPORACAO DE CREDITOS	24.749.307,31 C
6.1.3.1.2.05.00	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	24.749.307,31 C
6.1.3.1.8.00.00	BENS/DIR. A INCORP. PELA INSC. RP	2.613.567,85 C
6.1.3.2.0.00.00	BENS/DIR. A INCORP. PELA INSC. RP	10.879.316,51 C
6.2.0.0.0.00.00	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	64.400.218,35 C
6.2.2.0.0.00.00	INTERFERENCIAS ATIVAS	1.837.716,79 C
6.2.2.2.0.00.00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBID	669.560,28 C
6.2.2.2.8.00.00	RESTITUICOES DE RECEITAS FEDERAIS	669.560,28 C
6.2.2.3.0.00.00	MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	1.168.156,51 C
6.2.2.3.2.00.00	CORRESPONDENCIA DE DEBITOS - SALDO	1.168.156,51 C
6.2.3.0.0.00.00	ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	62.562.501,56 C
6.2.3.1.0.00.00	INCORPORACAO DE ATIVOS	51.464.823,23 C
6.2.3.1.1.00.00	INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	365.594,61 C
6.2.3.1.2.00.00	INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	17.007.995,48 C
6.2.3.1.2.01.00	BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	8.770.854,32 C
6.2.3.1.2.01.01	AQUISICAO	1.897.902,82 C
6.2.3.1.2.01.04	DOACAO	6.872.951,50 C
6.2.3.1.2.02.00	BENS DE ESTOQUE	8.237.141,16 C
6.2.3.1.2.02.01	AQUISICAO	958.778,99 C
6.2.3.1.2.02.02	RETORNO DE MAT. REQUISITADO E NAO	1.088.448,30 C
6.2.3.1.2.02.04	DOACAO	1.920.050,53 C
6.2.3.1.2.02.12	TRANSFERENCIAS	4.180.973,96 C
6.2.3.1.2.02.15	DEVOLUCOES E RETORNOS	88.889,38 C
6.2.3.1.7.00.00	INCORPORACAO DE DIREITOS	34.091.233,14 C
6.2.3.1.7.01.00	CREDITOS A RECEBER	34.091.233,14 C
6.2.3.1.7.01.03	RECURSOS DE LIMITE A RECEBER DE RP	14.224.392,21 C
6.2.3.1.7.01.05	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	19.866.840,93 C
6.2.3.2.0.00.00	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITO	971,44 C
6.2.3.2.3.00.00	AJUSTES DE CREDITOS	971,44 C
6.2.3.2.3.04.00	ATUALIZACAO MONETARIA NAO FINANCEI	246,20 C
6.2.3.2.3.04.03	CREDITOS A RECEBER	246,20 C
6.2.3.2.3.05.00	JUROS	725,24 C
6.2.3.2.3.05.03	JUROS CAPITALIZADOS	725,24 C
6.2.3.3.0.00.00	DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	4.124.904,92 C
6.2.3.3.1.00.00	DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	4.124.904,92 C
6.2.3.3.1.04.00	OBRIGACOES DE EXERCICIOS ANTERIORE	12.717,49 C
6.2.3.3.1.05.00	RESTOS A PAGAR	795.425,29 C
6.2.3.3.1.14.00	RECURSOS A LIBERAR (SISTEMA FINANC	3.316.762,14 C
6.2.3.8.0.00.00	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.971.801,97 C
6.2.3.8.1.00.00	AJUSTES FINANCEIROS	6.971.801,97 C
QUANTIDADE DE REGISTROS ENCONTRADOS : 876		

7.3. ANEXO III – QUADROS COMPARATIVOS

[illegible]

QUADRO DE RELEVÂNCIA	COMPARATIVO EXERC. ANTERIOR	POR UG	POR FONTE TN	POR FONTE PRÓPRIA	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
DESPESAS	X	X	X	X	X	X
RECEITAS	X	X	X	X	X	X
CONVÊNIOS	X	X	X	X	X	X
CONTRATOS	X	X	X	X		

7.4. ANEXO IV – PROTÓTIPO I

DESPESAS-UFPR		TÍTULO	NO MÊS EXERC.ANT.	MÊS DE JUN/07	ATÉ O MÊS EX.ANT.	ATÉ JUN/2007
FONTE TN			5.727,68	4.453,00	5.727,68	67.781,59
FONTE PRÓPRIA			738.928,99	276.310,00	1.038.678,53	627.228,55
SUB-TOTAL POR FR			744.656,67	280.763,00	1.044.406,21	695.010,14
3.4.0.0.00.00		DESPESAS DE CAPITAL	744.656,67	280.763,00	1.044.406,21	695.010,14
3.4.4.0.00.00		INVESTIMENTOS	744.656,67	280.763,00	1.044.406,21	695.010,14
3.4.4.9.00.00		APLICACOES DIRETAS	744.656,67	280.763,00	1.044.406,21	695.010,14
3.4.4.9.0.51.00		OBRAS E INSTALACOES	108.779,63	0,00	408.529,17	0,00
3.4.4.9.0.51.91		OBRAS EM ANDAMENTO	108.779,63	0,00	408.529,17	0,00
3.4.4.9.0.52.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL				
3.4.4.9.0.52.00		PERMANENTE	634.501,04	280.763,00	634.501,04	687.150,14
3.4.4.9.0.52.04		APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	123.650,00	0,00	123.650,00	0,00
3.4.4.9.0.52.08		APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT,LABOR.	483.000,00	248.110,00	483.000,00	569.216,95
3.4.4.9.0.52.12		APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	160,00	0,00	160,00	0,00
3.4.4.9.0.52.24		EQUIPAMENTO DE PROTECAO,				
3.4.4.9.0.52.24		SEGURANCA	708,00	10.800,00	708,00	10.800,00
3.4.4.9.0.52.28		MAQUINAS E EQUIPAM. DE NATUREZA	3.000,49	0,00	3.000,49	0,00
3.4.4.9.0.52.30		MAQUINAS E EQUIPAMENTOS				
3.4.4.9.0.52.30		ENERGETICO	10.000,00	0,00	10.000,00	2.796,00
3.4.4.9.0.52.33		EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E F	3.338,87	10.900,00	3.338,87	31.764,50
3.4.4.9.0.52.34		MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTO	550,00	453,00	550,00	1.057,00
3.4.4.9.0.52.35		EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE				
3.4.4.9.0.52.35		D	7.060,00	10.500,00	7.060,00	71.515,69
3.4.4.9.0.52.42		MOBILIARIO EM GERAL	3.033,68	0,00	3.033,68	0,00
3.4.4.9.0.92.00		DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.376,00	0,00	1.376,00	7.860,00
3.4.4.9.0.92.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL				
3.4.4.9.0.92.02		PERMANENTE	1.376,00	0,00	1.376,00	7.860,00

DESPESAS DE CAPITAL

7.5. ANEXO V – GUIA PRÁTICO PARA OBTENÇÃO DE DADOS PARA O RELATÓRIO GERENCIAL

SIAFI2007-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA) USUARIO : DENISE
03/09/07 09:38 MES DE REFERENCIA : JUN
ITEM DE CONSULTA : DEMONST EXEC DESPESA ABRANGENCIA ORCAMENTARIA : 1
AMPLITUDE : 1

TIPO DE VALOR :

- ☒ (X) SALDO ATUAL

☐ () SALDO DO MES ANTERIOR

☐ () MOVIMENTO DEVEDOR DO MES

☐ () MOVIMENTO CREDOR DO MES

☒ (X) MOVIMENTO LIQUIDO DO MES
- ☐ () MOVIMENTO DEVEDOR ACUMULADO

☐ () MOVIMENTO CREDOR ACUMULADO

☐ () MOVIMENTO LIQUIDO ACUMULADO

☐ () SALDO INICIAL

FILTRO DE SELECAO :

PARAMETROS	OPER	CODIGO OU COMBINACAO
UG EXECUTORA	=	153079
NATUREZA DA DESPESA	IN	440000-499999
FONTE DE RECURSO DETALHADA	IN	0250000000-0299999999
	-	
	-	

PF1=AJUDA PF2=CONTINUA PF3=SAI PF4=TITULO PF6=LIMPA PF8=AVANCA

SIAFI2007-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA) DENISE
03/09/07 09:44

Estrutura da Apresentação da Consulta

Cabeçalho	Detalhe
UG EXECUTORA	

Título: RELATÓRIO GERENCIAL

PF1=AJUDA PF3=SAI PF5=IMPRIME PF6=LIMPA PF10=EXIBE-ROSTO PF11-INTERNET

DATA : 03/09/07 HORA : 09:51:53 USUARIO : DENISE
REFERENCIA : JUN AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL TELA: 1
ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 01/09/07 AS: 21:08
RELATÓRIO GERENCIAL
UG EXECUTORA : 153079 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA

DESCRICAO	MOVIMENTO LIQUIDO	SALDO ATUAL
DEMONSTRACAO EXECUCAO DESPES	0,00	3.272.012,00
CREDITO DISPONIVEL	15.823,80-	2.581.903,85
EMPENHO A LIQUIDAR	260.486,20-	62.879,60
EMPENHO LIQUIDADO	276.310,00	627.228,55
CREDITO PRE-EMPENHADO LIQUI	0,00	0,00

PF1=AJUDA PF3=SAI PF5=IMP PF12=RET

Outra forma de apresentação:

- 1) Para se obter outro tipo de apresentação, que clicando F8 aparece o detalhamento.
- 2) Anteriormente foi definido com a tecla PF1 no item “cabeçalho” além da “UG EXECUTORA”, a “NATUREZA DA DESPESA” e “FONTE DE RECURSO DETALHADA”.
- 3) No item detalhe, também com a tecla PF1, escolhe-se o que se quer evidenciar.
No exemplo abaixo foi selecionada a “NATUREZA DA DESPESA” e a “FONTE DE RECURSOS DETALHADA”.
- 4) Na opção “título” aceita o que for digitado.

SIAFI2007-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA) USUARIO : DENISE
DATA : 03/09/07 HORA : 10:06:01 AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL TELA: 4
REFERENCIA : JUN ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 01/09/07 AS: 21:08
RELATÓRIO GERENCIAL
UG EXECUTORA : 153079 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
NATUREZA DA DESPESA : 449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO DETALHADA : 0112000000 - RECURSOS DESTINADOS A MANUT.E DES. D

NAT. DESPESA-FTE DETALHADA-----
449052 0112000000

DESCRICAO	MOVIMENTO LIQUIDO	SALDO ATUAL
DEMONSTRACAO EXECUCAO DESPES	0,00	2.187.765,00
CREDITO DISPONIVEL	98.234,90-	1.959.960,52
EMPENHO A LIQUIDAR	93.781,90	167.882,89
EMPENHO LIQUIDADO	4.453,00	59.921,59
CREDITO PRE-EMPENHADO LIQUI	0,00	0,00

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=TIT PF5=IMP PF7=RECUA PF8=AVANCA PF12=RET